

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

Ano XI • Número 91 • março de 2022

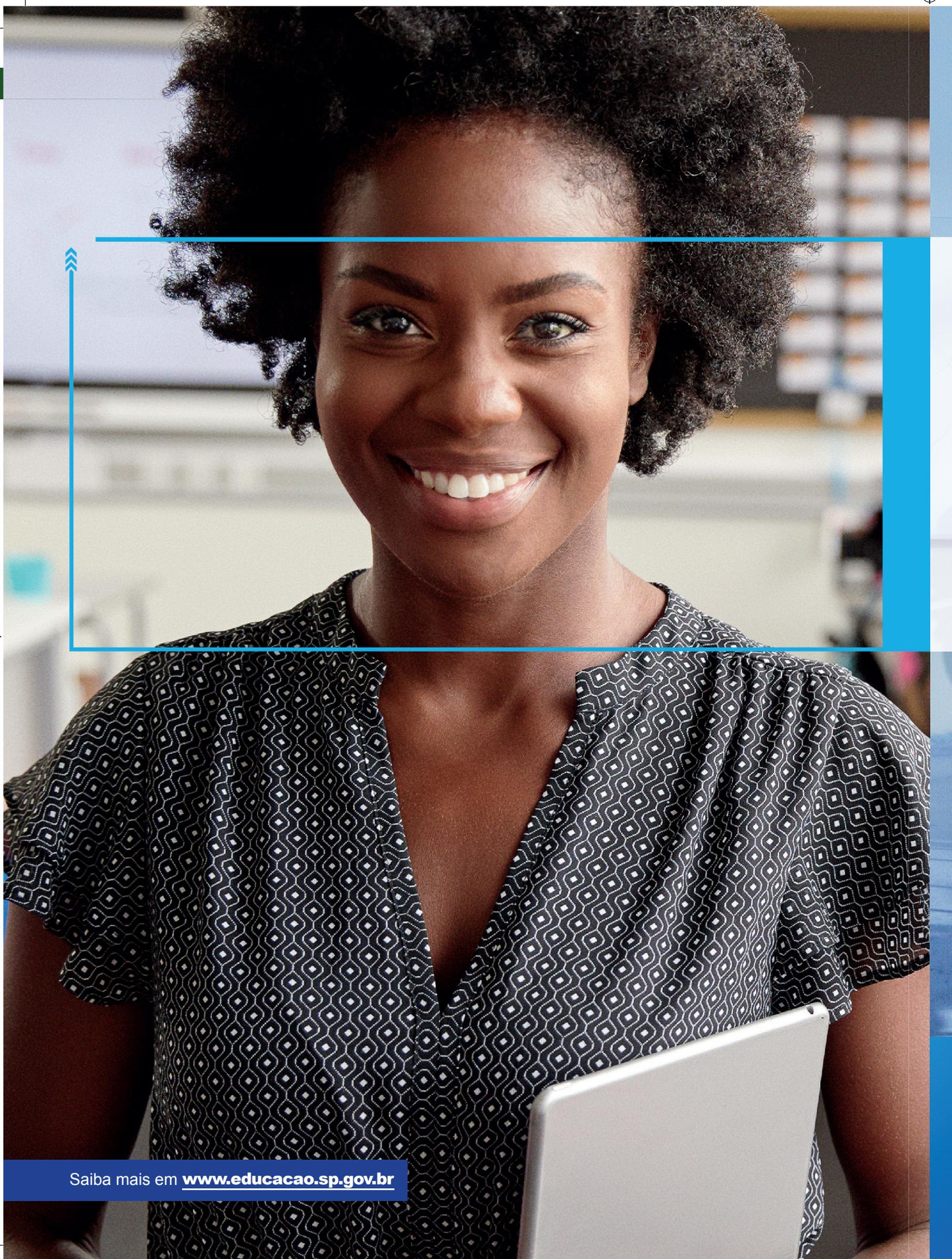


Campos do Jordão
A cidade mais alta do Brasil - Altitude 1628 metros

ESPECIAL

64º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

O NOVO MUNICIPALISMO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA



Saiba mais em www.educacao.sp.gov.br



Escola em tempo integral.

Horas de aula, aprendizado e alimentação **em dobro.**

Tudo para recuperar o tempo perdido.

Mais de **um milhão de jovens paulistas** começam o ano com **educação em dobro**. Horas de aula, aprendizado, alimentação e reforço escolar, **tudo em dobro** para recuperar o tempo perdido na pandemia. No estado do trabalho, não tem nada mais importante do que apostar no futuro. Acesse: www.educacao.sp.gov.br e conheça o que está acontecendo em cada escola do estado.

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Fred Guidoni

Carlos Cruz

Aquevirque Antonio Nholla



REDAÇÃO

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Isabel Pereira

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

APM

Tel.: (11) 2165-9999

apaulista@apaulista.org.br

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Fone/Fax.: (11) 2165-9999

apaulista@apaulista.org.br

março de 2022

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios

sumário

- | | | | |
|----|---|----|---|
| 05 | Editorial | 35 | Ciclovias |
| 06 | 64º CEM
Congresso Estadual de Municípios | 37 | Investimento |
| 11 | Novo
Municipalismo | 39 | SDR
Secretaria do Desenvolvimento Regional |
| 17 | Turismo | 41 | Parcerias
Municipais |
| 20 | Cultura | 43 | Arsesp |
| 21 | Vacinação | 45 | IPT |
| 11 | Meio
Ambiente | 47 | Promotores |
| 23 | Covid-19 | 49 | Mobilidade
Urbana |
| 25 | Vacinação | 51 | Direitos
Humanos |
| 27 | Comgás | 52 | Mulheres em
Destaque |
| 30 | Habitação | 56 | Gestão Pública |
| 33 | Mulher | 58 | Dalva
Christofoletti |

Um Congresso que exalta o protagonismo dos Municípios



No final do mês realizamos o 64º Congresso Estadual de Municípios. Um momento único onde iremos reunir num mesmo espaço os prefeitos e vereadores dos 645 municípios paulistas que terão a oportunidade de trocar experiências, falar com autoridades estaduais e federais e com seus representantes na Câmara e no Senado Federal. O Congresso chega pela égide do renascimento: estamos saindo ou pelo menos lidando melhor com a pandemia que tanto impediu os contatos diretos. Que saudade temos de poder encontrar e olhar nos olhos de cada um! Que bom que poderemos realizar agora, de maneira segura, este encontro! Sinto-me feliz e orgulhoso por estar presidente desta histórica associação neste momento tão especial onde teremos a oportunidade de fazer um Congresso com muitas novidades.

Será um grande evento, que fará jus à força e ao protagonismo que os municípios paulistas conquistaram nos últimos anos, no governo do Estado de São Paulo. Quando o saudoso André Franco Montoro entre 1983 e 1987 assumiu o governo do Estado, que um novo municipalismo começou a ser descortinado, na prática, com duas fortes tendências: a da descentralização e a da participação. Ele que não cansava de repetir que *“ninguém vive no Estado ou na União: as pessoas vivem nos municípios”*, fincou na política brasileira um caminho inovador. Montoro era um democrata. Para ele, a política só tinha sentido se assegurasse a convivência social e o respeito ao ser humano, na ordem pública. Ele ensinava que o sentimento de participação é o que estimula a construção de uma obra coletiva. Não importa se for uma casa, uma estrada,

ou uma cidade mais humana. Já o seu argumento sobre a descentralização era imbatível: tudo o que pode ser feito localmente, não deve ser feito pelo Estado ou pela União. Não poderia ser mais atual essa premissa.

O Novo Municipalismo no mundo está comprovando aquilo que os paulistas já sabem: contra o obscurantismo e a violência predominantes no plano federal, os governos locais podem adotar ações de fomento à democracia, de promoção de direitos humanos e melhorar a governança para atingir a expectativa da sociedade. Que lancemos mão das mais diferentes políticas públicas, com novos equipamentos e serviços prestados pelo município e vamos resgatar, juntos, a importância da esfera local para a política. Como vários movimentos reivindicam, que *“nada seja feito sobre nós, sem nós.”*

Fred Guidoni
Presidente da APM



APM reúne gestores públicos e privados em Campos do Jordão para falar sobre o novo municipalismo e a democracia

Congresso Estadual de Municípios acontecerá entre os dias 28 e 30 de março.

A APM- Associação Paulista de Municípios realiza o seu já tradicional Congresso Estadual de Municípios, ampliado e com nova dinâmica. A 64ª edição terá como tema “O Novo Municipalismo na Construção da Democracia” e irá discutir como o protagonismo dos municípios é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde a governança e a sustentabilidade sejam o alicerce. Neste ano, a APM fez uma parceria inédita com o Sebrae-SP para oferecer aos gestores uma programação ampliada que trará

especialistas para tratar de temas que impactam a vida dos municípios. Em quatro salas, o Sebrae-SP vai promover discussões sobre a Prefeitura do Futuro, a Inclusão Produtiva e Compras Públicas, Governança e Liderança e Competitividade nos Territórios. Segundo o presidente da APM, Fred Guidoni, a intenção foi tratar no auditório principal os assuntos mais caros ao universo político, abordando os grandes temas do municipalismo e tratar, em profundidade, os temas mais técnicos na programação ampliada. *“Com este sistema, abrigamos no Congresso os gestores eleitos e também secretários e técnicos que podem aproveitar a ocasião para aprimorar conhecimentos, trocar experiências e fazer novos contatos, fortalecendo assim o protagonismo da administração pública municipal, na relação com os demais entes federados”*, destaca. Para o diretor-superintendente do Sebrae-SP, Wilson Poit, o evento visa garantir a melhoria do ambiente de negócios da região tendo o empreendedorismo como elemento principal da estratégia de reconstrução econômica e social pós-pandemia. *“Empreender gera renda e cria empregos. A inclusão produtiva, com capacitação em gestão e orientação técnica, é o que precisamos neste momento e o Sebrae-SP está bastante comprometido com isso. Com o apoio de todos os representantes dos municípios, dos líderes públicos, da nossa rede local de parceiros, dos empreendedores e empreendedoras e da sociedade como um todo,*



vamos conseguir potencializar o desenvolvimento econômico regional”, comenta.

PROGRAMAÇÃO INTENSA

O Congresso contará com cerca de 30 temas no Auditório Principal e mais de 15 painéis diferenciados na programação ampliada. Cada tema terá a participação, em mé-

dia, de 5 participantes, o que significa dizer que a APM dará espaço para mais de 150 pessoas mostrarem o seu trabalho, representando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Organizações do Terceiro Setor, Iniciativa Privada e técnicos de diversas áreas. No auditório principal, o primeiro dia (28), será dedicado aos programas de parcerias governamen-



tais e temas ligados à Educação, Cultura, Turismo e Meio Ambiente, com a presença de diversos secretários de Estado de cada pasta, técnicos e representantes de Organizações Não Governamentais. No dia 29, a manhã será dedicada a temas ligados à cidadania, inclusão, Agenda 2030 da ONU, ESG, a nova Lei de Licitações e os desafios do 5 G. A tarde, haverá espaço para o potencial do agronegócio e temas importantes para este ano, como as coligações e federações, trazendo para a mesa advogados especialistas em direito eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral; vai discutir ainda a nova lei de improbidade com advogados especialistas em Direito Público e o Ministério Público e fechará o dia com o painel Habitação e Es-



paços de Convivência. No mesmo dia, haverá ainda um painel sobre os 50 anos do SEBRAE. A quarta-feira, dia 30, começa com uma discussão sobre a Ciência e Vacinas, Passará pela Reforma Tributária e irá tratar das Parcerias Público Privadas. O dia termina com uma apresentação do Secretário de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi, do vice-governador Rodrigo Garcia e do Governador João Doria, que participam, também do encerramento do Congresso, às 18h. A programação completa no auditório principal e nas salas da programação ampliada, você encontra no site: www.apaulita.org.br





ESPAÇO CULTURAL E STÂND

Cerca de 60 stands serão ocupados por Secretarias Governamentais, Autarquias, Associações, Prefeituras, Tribunais e iniciativa privada. Durante todo o evento, haverá apresentações musicais, nos intervalos das palestras.

PROTOCOLO COVID-19

O Congresso irá atender a todos os protocolos de segurança implantados pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo município de Campos do Jordão, sede do evento, que estiverem em vigor nos dias de realização do Congresso Estadual de Municípios. Neste ano, o Congresso contará também com um sistema de transmissão on-line das discussões no Auditório Principal, visando ampliar o alcance das discussões e, ao mesmo tempo, oferecer a quem não poderá estar presente, a oportunidade de acompanhar os temas ali debatidos.





Presidente da APM é coautor do livro que traz um panorama do novo municipalismo

Coletânea coordenada pelo Secretário de Desenvolvimento Regional de São Paulo, Marco Vinholi, valoriza o fortalecimento dos municípios e a descentralização das políticas públicas desde o governo de Franco Montoro até a atual gestão no Poder Executivo Paulista, sob o comando de João Doria

A trajetória do movimento municipalista no Brasil, sobretudo a partir do trabalho do governador de São Paulo André Franco Montoro (1983-1987), até chegar aos dias de hoje é o tema central do livro “O Novo Municipalismo”. Marco Vinholi, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, é o coordenador e um dos autores

da obra, lançada no final do ano passado. Editado pela ExLibris, o título ainda traz contribuição de outros especialistas no assunto, como o presidente da Associação Paulista de Municípios Fred Guidoni.

Em sua contribuição ao livro, o Presidente da APM, Fred Guidoni, analisa o novo municipalismo



no mundo e demonstra como os paulistas foram precursores neste sentido e como este movimento que ganha cada vez mais expressão no mundo, já vinha sendo discutido em São Paulo, tendo se tornado política pública mesmo antes da Constituição de 1988.

Também são co-autores do livro: Marcos Campagnone, Gláucio

NOVO MUNICIPALISMO

Neves, Rosane Ribeiro, Renan Bastianon, Sebastião Misiara, além do professor de Administração Pública Fernando Montoro – um dos filhos do saudoso Franco Montoro. O ministro da Saúde na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ex-secretário de Estado de Habitação de São Paulo, o doutor em Economia Barjas Negri, também é um dos co-autores do livro.

Outro nome de peso que contribui com a obra é Andrea Calabi, presidente do Banco do Brasil (1999) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES (1999-2000), ex-secretário-executivo do Ministério do Planejamento, e ex-secretário de Estado da Fazenda, e de Economia e Planejamento do Governo de São Paulo.

Entre outros tópicos, “*O Novo Municipalismo*” lança luz sobre as diversas iniciativas estruturantes em implementação no governo paulista, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, como “*Parcerias Municipais*”, “*Cidades Inteligentes*”, “*Municípios em Rede*”, “*SP + Consórcios*” e o projeto da nova regionalização do estado.

A ideia de lançar a obra partiu do próprio Vinholi, uma vez incentivado por prefeitos a compartilhar com as cidades paulistas e até mesmo com Prefeituras de outros estados brasileiros as boas práticas capitaneadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e que fortalecem o municipalismo, a partir da descentralização da administração pública:

“*André Franco Montoro pen-*



sou em municipalismo 40 anos atrás. Hoje, continuamos usando e valorizando o conceito, ao passo em que o tornamos ainda mais ágil, por meio da utilização da Tecnologia – tudo para uma melhor descentralização de gestão e o compartilhamento eficiente de programas que reduzem distâncias e oferecem resultados”, defende.

Para Fred Guidoni, seria ingênuo imaginar que a estratégia local, por si só solucionaria tudo. “*Mas é inegável que este projeto coletivo que vem sendo protagonizado por São Paulo, precisa se espalhar pelo território brasileiro”, avalia. Para ele: “Os exemplos que vêm de outros países no bojo do novo municipalismo confirmam que isso é possível e sugerem alguns caminhos.*



É preciso que haja uma ampla discussão pública sobre que projeto de cidades e de país queremos para o Brasil”, finalizou.

Nas páginas seguintes, reproduzimos a íntegra do artigo do presidente da APM, publicado no livro que está à venda na livraria Cultura.



O NOVO MUNICIPALISMO

Por: Fred Guidoni

O movimento municipalista ganhou uma nova roupagem nesta segunda década do século XXI, com os municípios paulistas se firmando como grandes protagonistas no Governo do Estado de São Paulo.

Há no estado um apelo forte ao municipalismo, que remonta aos anos 40, quando da criação da Bandeira dos Prefeitos, que culminou com o surgimento, em 30 de outubro de 1948, da Associação Paulista de Municípios (APM).

Quando o saudoso André Franco Montoro assumiu o Governo do Estado, entre 1983 e 1987, o que antes era uma ideia começou a ser descortinado na prática, com duas fortes tendências: a da descentralização e a da participação.

Antes da promulgação da Constituição, em 1988, quando os municípios começaram a ter um novo papel na Federação, Montoro que não cansava de repetir que *“Ninguém vive no estado ou na*

União: as pessoas vivem nos municípios”, fincou na política brasileira um caminho inovador.

As razões são simples de serem percebidas. Montoro era um democrata e, como tal, para ele a política só tinha sentido se assegurasse a convivência social e o respeito ao ser humano, na ordem pública. Montoro dizia que o sentimento de participação, que hoje poderia ser traduzido como um sentimento de pertencimento, é o que estimula a construção de um obra coletiva. Não importando se fosse uma casa, uma praça, ou uma cidade mais humana.

Já o seu argumento sobre a descentralização era imbatível: tudo o que pode ser feito localmente não deve ser feito pelo estado ou pela União. Ele sabia que a descentralização é fator de economia e de autêntico desenvolvimento do país, impondo-se como imprescindível para a promoção do bem comum, assegurando políticas públicas que garantam po-

deres e recursos aos órgãos mais próximos da população.

Não poderia ser mais atual esta premissa. É, por um lado, a participação e, por outro, a descentralização que auxiliam na construção de uma sociedade mais justa, mais eficiente e humana. A democracia participativa não é feita por uma pessoa ou por um pequeno grupo, nem por um partido político, se inserindo numa tarefa de todos, numa ferramenta contínua de luta participativa e comunitária.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o experimento paulista ganhou novos contornos: o país passou a adotar uma estrutura municipal que antes não existia.

O Novo Municipalismo veio alicerçado nos desígnios da eficiência administrativa (art. 37), do prestígio do interesse local (art. 30, inciso I), da participação popular (art. 1º, parágrafo único) e de muitos outros, complementados por um arcabouço normativo

O NOVO MUNICIPALISMO

que destacou o município no projeto republicano, com importantes repercussões sócio-jurídicas no fundamento da cidadania.

O que a Constituição nos oferece é a possibilidade, antes inexistente, de comunicação direta entre o cidadão e o Estado, onde o cidadão é protagonista de escolhas da administração e não apenas receptor das prestações, sendo igualmente interlocutor do Poder Público.

Para além da esfera da criação de espaços e mecanismos que garantam na administração pública a participação popular, os municípios como entes próprios, que assumem cada vez mais novas responsabilidades, precisam ser ouvidos e ser partícipes da autonomia decisória. São as práticas administrativas, que visam à eficiência e à eficácia nas gestões que tornam isso possível.

É neste ponto que São Paulo começa a construir uma nova história. O governo João Doria recuperou, no Estado de São Paulo, esta tradição municipalista, trazendo prefeitas e prefeitos para o seio do planejamento e da formatação de novas políticas públicas.

Uma ação que vem ao encontro de um movimento internacional que busca construir uma democracia renovada a partir das comunidades.

O Novo Municipalismo no mundo

São diversas iniciativas no mundo, que unem as pessoas em torno de um mantra: os interesses locais, devem prevalecer sobre os interesses globais.

O Fearless Cities, por exemplo, propõe não apenas maior autonomia ao poder local, mas também a defesa de direitos humanos, a

democracia e o bem comum no centro das aspirações.

Não se trata apenas de atuar em disputas eleitorais, mas sim, um movimento que fortalece os governos municipais, no sentido de que a democracia seja construída de baixo para cima e desta forma, do local para o nacional. Neste caminho, não apenas as cidades, mas também a sociedade civil organizada em forma de múltiplas organizações, têm papel protagonista.

Em 2017, Barcelona sediou o primeiro encontro internacional da Rede Fearless Cities, chamando para um novo municipalismo.

As antigas cidades-estado, quando cidades e cidadanias foram constituídas na ideia aristotélica de pólis, estão na base imaginária europeia. Através dos séculos, há relatos de instituições e redes de fortalecimento de movimentos que uniam cidades desde a Europa medieval até o século XX.

O que hoje chamamos de Novo

Municipalismo surgiu a partir da década de 1980, quando o movimento, que estava limitado à Europa Ocidental e a algumas localidades da América do Norte, ganhou força e uma nova roupagem, se espalhando pela Europa Oriental, Ásia e para a América Latina após a derrubada democrática de regimes autoritários.

No século XXI, porém, foi que as redes globais de cidades se multiplicaram cada vez mais, construídas na arquitetura de políticas de organismos internacionais, como a ONU e outras organizações sociais.

No contexto do bem-estar e do ambientalismo, tornou-se lugar-comum dizer que é no município e não no Estado-nação que está a célula master das civilizações; onde a governança municipal deve ser um exercício apolítico, técnico e que aspire ao método científico, de modo a existir um universo compartilhado de regras e valores que podem, inclusive



ser reaplicáveis.

Continuam a proliferar redes que promovem discussões de sustentabilidade, resiliência e cidades inteligentes, e que formam hoje as bases do desenvolvimento econômico local.

Este movimento se desdobrou a partir das ondas de protestos em 2011, como o 15-M na Espanha, o Occupy Wall Street, nos EUA, e a Primavera Árabe, com um transbordamento de energias sociais e potencialidades que acabaram por ser canalizados por cidadãos engajados em novas formas de auto-organização.

A crise habitacional, por exemplo, que é uma realidade para países ricos e pobres, aponta que soluções locais precisam ser criadas, seja para impulsionar políticas nacionais, seja para dotar os núcleos locais de autonomia.

A meta, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definida pelos países que formam a ONU e adotada pelos países signatários – o Brasil inclusive – em setembro de 2015, é de, até 2030, “*garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e urbanizar as favelas*”. Hoje há uma campanha internacional para que os governos locais protejam e efetivem o direito à cidade e à moradia.

O Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) representa os interesses de mais de 240 mil cidades, vilas e regiões metropolitanas ao redor do mundo, buscando caminhos para que os ideais dos ODS sejam alcançados.

Há ainda mais: nos EUA e em alguns países da Europa, o novo municipalismo desafia as políticas nacionais de restrição ou dis-

criminação da imigração.

Dentro de suas competências, cidades estabelecem normas e políticas públicas para proteger seus habitantes, independente do status migratório. Com isso, os imigrantes têm acesso aos programas e serviços de assistência.

Essas cidades não contam com uma organização social que as represente. É na atuação, na prática diária, que elas se mostram ao criar uma extensa regulação local que visa à geração de leis e regras próprias que nem sempre concordam com a política nacional.

Nos EUA, elas são conhecidas como “*cidades santuários*”. Algumas delas foram locais para escravos foragidos, há centenas de anos. Mas o movimento ganhou novo fôlego na década de 1980 e, nos últimos anos, a comunidade internacional pôde observar o poder destas coletividades, como um contraponto à política implementada pelo presidente Donald Trump.

Estima-se que mais de 200 cidades e estados americanos, tenham, na prática diária, o conceito de cidade santuário. Entre elas estão cidades grandes como Chicago, San Francisco, New York, New Orleans, Philadelphia, Boston, mas também condados menores como Santa Clara, que inclui a cidade de San Jose e diversas outras comunidades do Vale do Silício.

Na América de Trump, cresceu a disputa entre os governos locais e estaduais, de um lado, e o Governo Federal, de outro. Ainda que tais modelos sejam por vezes contraditórios, com decisões judiciais que ora favorecem um lado, ora outro, a postura desafiadora aponta para a possibilidade de resistência democrática dos

governos locais.

O modelo adotado ultrapassa a questão dos imigrantes. Nas questões ambientais, a defesa do território vem traçando novos caminhos de resistência. Ainda no exemplo americano, quando Trump saiu do Acordo de Paris, em 2017, cidades e estados fizeram uma verdadeira “*rebelião*”, para formarem a Aliança dos Estados Unidos para o Clima (United States Climate Alliance), com o objetivo de implementar as metas do Acordo de Paris, entre as quais a de cortar as emissões de gás carbônico em 28%, localmente.

No que diz respeito às questões ambientais, em que a máxima “*Pensar globalmente e agir localmente*” tornou-se um mantra do movimento ambientalista, é nas cidades e na atuação dos prefeitos e prefeitas que a resposta pode ser dada.

Conclusão

Ainda que o contexto brasileiro difira em múltiplos aspectos do cenário internacional, os municípios paulistas e o próprio Governo do Estado de São Paulo têm atuado de maneira autônoma e lançado mão da criatividade e da eficiência para se fazerem ouvir. Exemplo disso foi a gestão da maior crise de saúde da nossa geração: a pandemia provocada pelo coronavírus.

Diante de um governo federal inerte e negacionista, foi o protagonismo de prefeitos e prefeitas que ajudou a debelar a crise, na qual o Estado de São Paulo foi gigante ao priorizar desde o primeiro momento a ciência.

São Paulo, desde o início, lutou

O NOVO MUNICIPALISMO

para conseguir desenvolver a vacinação de sua população, junto com o Instituto Butantan, em parceria com a empresa chinesa Sinovac. O governador João Doria empenhou-se para viabilizar a parceria e fazer com que a vacina chegasse aos braços dos brasileiros.

São Paulo foi o primeiro estado a criar um Centro de Contingência do Coronavírus, que orientou o governo na tomada de decisões que visaram à preservação de vidas. Foi o primeiro estado a instituir o uso obrigatório de máscaras e tornou-se, graças ao empenho dos municípios paulistas, o primeiro no ranking de vacinação.

Em pontos percentuais, no dia 4 de outubro de 2021 o estado chegou a 99% da população acima de 18 anos vacinada com a primeira dose e 76,81% com o esquema vacinal completo. Entre a população geral, eram 82,42% da população com a primeira dose e 58,91% com as duas doses ou a dose única.

Esta é uma vitória de todos os prefeitos e prefeitas do estado. De todos os profissionais de saúde

que trabalharam diuturnamente. Mas é também uma vitória do federalismo. Da capacidade de agir, da busca pela eficiência, da busca até mesmo de tutela judicial para garantir os interesses dos cidadãos de cada cidade.

A depender do exemplo do Governo central, nunca teríamos usado máscaras, nem teria havido distanciamento social, o que potencializaria o número de contaminados, alguns com graves sequelas, impactando o SUS por muitos anos e aumentando exponencialmente o número de mortos.

Precisamos ainda avançar, sobretudo na governança e na eficiência dos serviços que chegam aos cidadãos. Quando, em 2013, milhões de brasileiros foram às ruas para reivindicar melhores serviços de saúde, de educação, de mobilidade urbana e outros direitos básicos, ficou claro que ainda há muito o que fazer.

Que o bom gerenciamento da pandemia em São Paulo nos deixe a lição que o Novo Municipalismo no mundo está comprovando. E que Franco Montoro já

aventava: contra o obscurantismo e a violência predominantes no plano federal, os governos locais podem adotar ações de fomento à democracia, de promoção de direitos humanos e melhorar a governança para atingir a expectativa da sociedade.

Que lancemos mão das mais diferentes políticas públicas, com novos equipamentos e serviços prestados pelo município. Hoje, ao iniciarmos a segunda década do século XXI, devemos novamente resgatar a importância da esfera local para a política.

Seria ingênuo imaginar que a estratégia local por si só solucionaria tudo, mas um projeto coletivo de poder local precisa se espalhar pelo país.

Os exemplos que vêm de outros países no bojo do Novo Municipalismo confirmam que isso é possível e sugerem alguns caminhos. É preciso que haja uma ampla discussão pública sobre que projeto de cidades e de país queremos para o Brasil.

Como vários movimentos reivindicam, que *“nada seja feito sobre nós, sem nós.”*

Referências

CITIES FOR HOUSING. Municipalist Declaration of Local Governments for the Right to Housing and the Right to the city. Disponível em: <https://citiesforhousing.org/>. Acesso em: 30/9/2021.

EWEN, S; HEBBERT, M. European cities in a networked world during the long 20th century. London: Pion Ltd., 2007

FEARLESS CITIES. A Guide to the Global Municipalist Movement. Disponível em: https://fearlesscities.com/sites/default/files/fearless_book_en.pdf. Acesso em 1/10/2021.

JSTOR. Taking up the bet on connections: A municipal contribution. SAUNIER, Pierre Yves. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20081858>. Acesso em 14/10/2021.

MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

Da “democracia” que temos para a democracia que queremos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 1/10/2021.

O Globo. Suprema Corte dos EUA derrota Trump em batalha contra santuários para imigrantes na Califórnia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/suprema-corte-dos-eua-derrota-trump-em-batalha-contrasantuarios-para-imigrantes-na-california-24480342>. Acesso em 5/10/2021.

UCLG. Who we are. Disponível em: <https://www.uclg.org/en/organisation/about>. Acesso em 4/10/2021.



***Fred Guidoni**

é advogado atuante no Direito Público e presidente da Associação Paulista de Municípios. Foi prefeito de Campos do Jordão entre 2013 e 2020. Nos últimos oito anos, teve uma ativa participação em diversas organizações que visam ao desenvolvimento dos municípios.



Os secretários Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional), Vinicius Lummertz (Turismo), o superintendente do Sebrae-SP, Wilson Poit, participaram do encontro junto com o governador João Doria.

Cidades turísticas terão R\$ 400 milhões em 2022

Liberação de recursos foi confirmada durante encontro com prefeitos no Palácio dos Bandeirantes em dezembro; 210 municípios serão atendidos

As 210 cidades turísticas do estado – 70 estâncias e 140 municípios de interesse turístico (MITs) – contarão com R\$ 400 milhões para obras e melhorias de infraestrutura em 2022. A liberação foi confirmada em dezembro, no Palácio dos Bandeirantes, durante encontro do governador João Doria, o secretário de Turismo e Viagens, Vinicius Lummertz, prefeitos e secretários municipais. Os recursos são do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos

Municípios Turísticos (Dadetur), vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado. Com a formalização fica garantido o fluxo financeiro para a execução das obras. Além dos R\$ 400 milhões – divididos por 350 convênios – em 2021 foram saldados os restos a pagar de gestões anteriores, que chegaram a R\$ 100 milhões.

“Meio bilhão de reais. R\$ 400 milhões em novos convênios e o remanescente de R\$ 100 milhões, cancelados em 2018. Esse valor

inédito, de 100% da execução da lei orçamentária, demonstra o quanto o turismo é valorizado no estado”, comemorou Vinicius Lummertz, secretário de Turismo e Viagens. Além de deixar as cidades turísticas mais bem preparadas, as obras ajudam na manutenção de empregos em diversos outros setores, como construção civil, transportes e comércio em geral. Desde 2019 já foram liberados R\$ 527 milhões para as cidades turísticas.

Crédito orientado

No mesmo encontro, a Secretaria de Turismo e Viagens e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP) assinaram um termo de parceria visando capacitar empresários e agentes públicos para obtenção de crédito orientado. O programa é dividido em atividades presenciais, híbridas e online, incluindo consultorias individualizadas, que cobrirão as 49 regiões turísticas do Estado.

Os atendimentos terão início na segunda quinzena de janeiro. Serão três eixos: mobilizar e sensibilizar dos empresários do setor quanto ao programa e a disponibilidade de linhas disponíveis no mercado; capacitações, consultorias individuais e oficinas para ela-



boração de projetos; e orientação com foco no acesso ao mercado, oferecendo ferramentas para a formatação de produtos turísticos competitivos. “Empresários, e mesmo as prefeituras, têm dificulda-

de para entender e acessar linhas de crédito”, disse Lummertz. “A parceria com o Sebrae foi estruturada para deixar todos mais bem preparados para a retomada dos negócios”.

Rotas Gastronômicas

A Secretaria de Turismo e Viagens aproveitou o encontro no Palácio dos Bandeirantes para uma amostra de mais um de seus projetos, de longe o mais saboroso: as Rotas Gastronômicas.

O objetivo é revelar e usar os sabores e os saberes culinários locais como um incentivo às viagens. São sete regiões. Duas, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba & Mantiqueira, foram apresentadas aos prefeitos e convidados.

Ao identificar e celebrar os produtos regionais, o programa valoriza e fortalece a cadeia produtiva da alimentação, formada por mi-

lhares de pequenos empreendedores rurais. “A culinária proporciona um contato genuíno com a história dos destinos turísticos”, lembra o secretário de Lummertz. “A gastronomia sempre foi um dos principais atrativos para quem viaja a lazer”.

Em cada rota são mapeados empreendedores com base em representatividade local, autenticidade, qualidade do produto e facilidade de acesso dos turistas à produção rural. Para saber mais, acesse: <http://www.sppratodos.com.br/rotasgastronomicas>





2022: alunos da rede pública terão aulas sobre turismo

O objetivo é destacar a importância socioeconômica e o potencial ambiental e cultural do setor para os jovens

Em 2022, os estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano) e médio terão novamente as eletivas sobre turismo. A iniciativa faz parte do programa SP Politurismo.Edu e nasceu da parceria entre as secretarias de Educação e de Turismo e Viagens do Estado de SP.

Em 2021, foram mais de 130 mil estudantes beneficiados em temas consolidados sob medida para cada idade: Expresso Turístico

(6º ano e 7º anos) Ecoturismo e Aventura (8º e 9º anos) e Redes Turísticas (Ensino Médio), em 980 turmas de 599 escolas da rede estadual.

As disciplinas têm por objetivo destacar a importância socioeconômica, ambiental e cultural do turismo. Para o secretário de Educação do Estado, Rossieli Soares, “a eletiva contribui para o desenvolvimento pleno dos estudantes e possibilita a amplia-

ção do conhecimento, por meio do aprofundamento nas habilidades curriculares”.

De todos os municípios que aderiram, 121 são de interesse turístico (MITs) ou estâncias. O número é significativo e coloca o turismo como uma das disciplinas eletivas mais cursadas, como explica o secretário de Turismo e Viagens do Estado, Vinicius Lumertz. “O interesse dos jovens pelo tema se deve à qualidade do conteúdo e ao reconhecimento da importância do turismo para a realidade local”.

Torre Eiffel - O alcance da aprendizagem tem o poder de romper muitas barreiras, inclusive promover a inclusão dentro da sala de aula. Foi o que aconteceu com Ana Laura Rodrigues, estudante da Educação Especial, do 7º ano do ensino fundamental na EE Doutor Cesário Motta, em Itu. Ela chegou na escola no segundo semestre do ano passado, após uma transferência. Foi aí que teve contato com a eletiva.

Ana Laura se diz “surpresa” porque não sabia que o turismo poderia ser uma profissão. “Achei muito interessante, não sabia que existiam as sete maravilhas do mundo, por exemplo. Hoje sei que aquela torre que minha mãe tem na sala se chama Torre Eiffel. Quero continuar a conhecer mais sobre o assunto”.

As eletivas são escolhidas pelos estudantes. Para subsidiar o trabalho dos professores na oferta das disciplinas, a Secretaria de Educação oferece anualmente uma espécie de cardápio com os temas.



Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes 2022 divulga processo de seleção dos indicados

Premiação é composta por 15 categorias e cada realização ganhadora receberá o valor de R\$ 30 mil

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo divulgou o regulamento do processo de seleção dos indicados ao Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes 2022. A premiação tem como objetivo reconhecer e homenagear profissio-

nais do setor cultural e criativo de São Paulo que se destacaram por realizações em 2021 em 15 categorias, com o valor de R\$ 30 mil e um troféu para cada uma delas. Um investimento de R\$ 450 mil do Governo Estadual.

As categorias são: Museus, equi-

pamentos e centros culturais; Patrimônio cultural material e imaterial; Grupos, companhias e corpos estáveis; Cultura popular e tradicional; Cultura urbana; Empreendedorismo cultural e criativo; Inovação e tecnologia em arte e cultura; Estudos e pesquisas em cultura e economia criativa; Mostras, festivais, mercados e eventos culturais; Produção cultural independente; Inclusão, diversidade e acesso à cultura; Formação e capacitação; Livro, leitura e bibliotecas; Comunicação cultural; Iniciativas culturais para crianças e adolescentes.

O processo de escolha dos premiados é dividido em 3 etapas. Primeiro, um júri formado por 10 pessoas indicadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Cada membro deste júri apontará 5 realizações de grande relevância para a cultura e a economia criativa de São Paulo em 2021 e os respectivos responsáveis por cada uma dessas realizações nas categorias descritas.

Na segunda etapa, o secretário de Cultura e Economia Criativa, Sérgio Sá Leitão, e o presidente do Conselho Estadual de Cultura e Economia Criativa, Eduardo Saron, selecionarão, a partir das indicações feitas pelo júri na etapa anterior, quais serão as cinco realizações finalistas em cada categoria e seus respectivos responsáveis.

Por fim, o governador João Doria definirá os premiados em cada uma das categorias descritas, sendo uma realização ganhadora para cada categoria. A cerimônia de premiação será no Palácio dos Bandeirantes. A data será divulgada em breve.



Projeto que estimula uso de energias renováveis em SP é destaque em relatório internacional

Iniciativa que levou capacitação gratuita à população do Vale do Ribeira recebeu aporte de US\$ 10 mil para contribuir com realização da ação

O projeto Road Show Huawei Solar, que circula desde 2021 pelo estado de São Paulo oferecendo capacitação gratuita em instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica à população, foi um dos destaques do relatório do Future Fund, fundo internacional que visa contribuir para minimi-

zar os impactos das mudanças climáticas no mundo, divulgado recentemente.

A iniciativa de apoio ao uso de energias renováveis foi selecionada pelo The Climate Group em 2020 para receber aporte de US\$ 10 mil para contribuir com a realização do projeto.

No material, a entidade atenta para a passagem da ação – que recebe apoio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado (SIMA) e é realizada pela Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) – por 13 municípios do Vale do Ribeira no primeiro semestre do ano passa-

do. A região integra o programa estadual Vale do Futuro, de fomento ao desenvolvimento sustentável e que é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Na época, 260 pessoas foram capacitadas e receberam, ao final, um certificado de conclusão do curso.

“O Governo do Estado de São Paulo reconhece e agradece os governos financiadores do Future Fund por acreditarem neste importante projeto, que proporcionou conhecimento e capacitação à população de uma das regiões mais vulneráveis do Estado de São Paulo e contribuiu para o aumento das oportunidades de emprego e geração de renda no setor de energia renovável”, disse o Governador João Dória.

Ainda no decorrer do documento, o fundo internacional destaca que o projeto não apenas contribuiu para os planos de recuperação econômica pós-pandemia de Covid-19 e a geração de empregos verdes, mas também se alinhou às metas estabelecidas na Política Estadual de Mudanças Climáticas do Estado (PEMC) visando cumprir o Acordo de Paris e as campanhas Race to Zero e Race to Resilience, ambas da Organização das Nações Unidas (ONU) e das quais o Governo do Estado aderiu em 2021.

“As informações neste documento refletem o compromisso do Estado de São Paulo com o desenvolvimento sustentável. Por meio desse nosso trabalho buscamos não apenas renovar a matriz energética, que já é 62% renovável, mas estimular a popu-



lação paulista quanto à importância da adoção de ações ambientalmente mais responsáveis e que podem refletir positivamente também na própria economia”, destacou o secretário estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido.

Atividades em SP

Até meados de fevereiro deste ano, a ação já percorreu 21 municípios paulistas, contabilizando mais de 729 pessoas capacitadas.

O projeto da ABGD, que já beneficiou outros estados, conta com o patrocínio da empresa de tecnologia Huawei, da Risen Solar Technology, Charles Stewart Mott Foundation e da Solfácil.



Estudo de vacina única do Butantan contra Covid-19 e influenza tem resultados iniciais promissores

Testes preliminares mostraram que o imunizante produz anticorpos contra o vírus da gripe e contra o SARS-CoV-2

Os primeiros resultados da vacina única contra a Covid-19 e contra a gripe que o Butantan está pesquisando foram considerados promissores e indicam que os testes em humanos podem começar em até um ano. A candidata a vacina única está em fase de testes em modelos animais que após imunização produziram anticorpos reagentes às três cepas do vírus in-

fluenza (H1N1, H3N2 e B) assim como ao vírus SARS-CoV-2. O imunizante conta com a formulação da vacina contra a Covid-19 que está em desenvolvimento pelo Butantan e será inteiramente produzida no Brasil, e da vacina da influenza, também produzida pelo Instituto e que abastece o Programa Nacional de Imunizações (PNI). “Os primeiros resul-

tados são muito promissores. Ela funciona para produção de anticorpos contra a influenza e para produção de anticorpos contra Covid-19”, afirma o diretor de Produção do Butantan, Ricardo Oliveira.

O diretor ressalta que os estudos ainda são iniciais e estão na chamada prova de conceito, quando se coletam resultados de análises

feitas em amostras não humanas. Mas diante dos desdobramentos positivos, ele vê a possibilidade de começar os ensaios clínicos, ou seja, os testes em humanos em até um ano. A data toma como base a experiência do instituto na produção do outro imunizante contra a Covid-19, cujos testes em humanos começaram exatamente um ano depois de finalizada a prova de conceito.

“O que facilita o processo é que estamos misturando produtos bem conhecidos pelo Butantan: a vacina da influenza, que temos conhecimento de muitos anos, e outro imunizante, que apesar de recente, usa a mesma plataforma da influenza”, explica Ricardo. “Estamos estudando essa interação, fazendo os exames de estabilidade e os primeiros resultados são bons”, ressaltou.

Melhor resposta imune e por mais tempo

A primeira etapa dos estudos para viabilizar a vacina combinada não somente mostrou que ela funciona na proteção contra Covid-19 e contra a influenza, como deu indícios de que pode ter uma resposta imune ainda mais robusta e duradoura do que as vacinas atuais, explica o pesquisador científico do Centro BioIndustrial do Butantan, Paulo Lee Ho, que participa diretamente do estudo.

“Os resultados são excelentes porque a gente vê que funciona, e estamos vendo que a resposta está muito melhor porque estamos incluindo um adjuvante, que produz uma proteção muito mais eficaz contra os dois antígenos”, afirmou.



Segundo o pesquisador, a introdução do adjuvante produzido pelo próprio Butantan, chamado de IB160, que é muito semelhante a adjuvantes usados na vacina contra influenza sazonal, tem como vantagem adicional exigir uma quantidade menor de antígenos na composição da vacina, aumentando a capacidade de produção de doses com o mesmo quantitativo de antígenos produzidos, algo importante em tempos de pandemia e também diante da possibilidade de haver reforço na vacinação.

“[A inclusão do adjuvante] melhora a resposta não só em quantidade, mas em qualidade de anticorpos. O estudo indica que essa inclusão pode aumentar o tempo de produção desses anticorpos e que a resposta imune pode durar muito mais, ser mais efetiva sem alterar a segurança”, ressaltou Paulo.

Um imunizante contra a Covid-19 feito no Brasil

Fruto de uma parceria com orga-

nizações internacionais, a nova vacina contra a Covid-19 que está sendo desenvolvida no Butantan usa a tecnologia de vírus inativado, uma das mais seguras e estudadas do mundo, tem o diferencial de ser uma vacina de baixo custo e é produzida a partir de ovos embrionados, o que pode mudar a forma como os países em desenvolvimento combatem o vírus SARS-CoV-2.

A estratégia pretende aproveitar a capacidade industrial já instalada no País, no caso, da planta de produção dos monovalentes dos antígenos da influenza para a produção de vacina contra Covid-19, usando insumos nacionais, ao contrário de outras vacinas que usam meios de cultivos e reagentes caros e disputados num cenário pandêmico. Se for provada segura e efetiva nos testes com voluntários, esse imunizante tem potencial de elevar em mais de 1 bilhão por ano a atual oferta de vacinas contra a Covid-19, especialmente nos países em desenvolvimento.



Queda nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças

Doenças erradicadas graças às vacinas, como sarampo e poliomielite, correm o risco de voltar por falta de vacinação

A cobertura vacinal no Brasil vem despencando nos últimos dez anos, deixando a população – especialmente o público infantil – mais vulnerável a doenças que já estavam erradicadas no país, como sarampo e poliomielite, e

que podem deixar sequelas ou causar mortes. Embora o índice de vacinação ideal seja acima de 90%, as taxas gerais de imunização têm ficado abaixo desse valor desde 2012, chegando a 50,4% em 2016. No último ano, a por-

centagem foi de 60,7%, segundo informações do DATASUS do Ministério da Saúde.

A vacinação é a forma mais efetiva para a eliminação de uma doença viral e as consequências dos baixos índices de imunização não podem ser ignoradas. “A curto prazo, no caso de uma pandemia como a que vivemos, a redução da vacinação torna impossível controlar a disseminação do vírus e, portanto, eliminar ou diminuir os índices de pessoas doentes. A longo prazo, pode ocorrer a reemergência de um vírus, além de impedir o controle da doença”, explica a diretora do Laboratório de Biotecnologia Viral do Instituto Butantan, Soraia Attie Calil Jorge.

Doenças potencialmente fatais para crianças podem ser evitadas com vacinação

Um dos principais imunizantes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) é a **vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola)**, que registra números de cobertura insuficientes desde 2017. Naquele ano, o indicador registrou 86,2%; em 2021, a cobertura caiu para 71,4%. Esse decréscimo na vacinação vem contribuindo para o surgimento de novos surtos de sarampo, uma doença altamente contagiosa, transmitida por gotículas respiratórias, que provoca sintomas como tosse, coriza, olhos inflamados, dor de garganta, febre e irritação na pele com manchas vermelhas. Em casos mais graves, pode causar pneumonia e inflamação no cérebro.



Já a procura pela **vacina contra poliomielite**, o imunizante de gotinhas, caiu de 96,5% em 2012 para 67,6% no último ano. A doença foi considerada erradicada no Brasil em 1989, quando ocorreu o último caso, mas a queda da imunização coloca em risco esse avanço. Os sintomas da poliomielite incluem febre, dor de cabeça, de garganta e no corpo, vômitos, diarreia, constipação (prisão de ventre), espasmos e rigidez na nuca. O vírus pode atingir o sistema nervoso e causar paralisia permanente nas pernas ou braços. Outra vacina aplicada no público infantil é **contra o rotavírus**, que provoca uma infecção no trato digestivo e é a causa mais comum de diarreia grave com desidratação em crianças pequenas entre três e 15 meses de idade. O vírus causa

aproximadamente 215 mil mortes por ano no mundo em meninos e meninas com menos de cinco anos, principalmente em países em desenvolvimento. Os índices de vacinação contra o rotavírus no Brasil reduziram de 86,3% em 2012 para 68,3% em 2021.

As raízes do movimento anti-vacina e como combatê-lo

Segundo a pesquisadora Soraia Jorge, o movimento antivacina surgiu em meados do século XIX, quando alguns críticos se posicionaram contra a imunização utilizando argumentos teológicos e fraudes científicas. Na época, surgiram ligas antivacinação, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, que brigavam

pela eliminação da vacina contra a varíola.

O caso de maior repercussão foi um artigo científico publicado na revista *The Lancet* em 1998, onde o autor Andrew Wakefield sugeria uma relação entre o autismo e a vacina tríplice viral. “*Tempos depois esse trabalho foi contestado, pois se descobriu que o médico possuía contato com ad-*

vogados que queriam

processar fabricantes de vacinas e que ele também havia alterado dados dos pacientes”, afirma Soraia.

Diante de um contexto de fake news, em que a desinformação é disseminada continuamente, a atenção à educação e a estratégias para incentivar o interesse pela ciência são cada vez mais importantes. “*Para que as pessoas possam ter a capacidade de discernir informações verdadeiras e falsas, é preciso ter educação de base, especialmente aplicada às áreas de conhecimento científico. Políticas públicas que aproximem a população em geral de Universidades e Centros de Pesquisa, como o Instituto Butantan, certamente colaborarão para a melhoria deste cenário*”, reforça a pesquisadora.



A contribuição do gás natural para um futuro mais sustentável

Valorizar as pessoas e a sociedade, oferecer mais energia com menos emissões e desenvolver a infraestrutura do Brasil são os pilares de sustentabilidade da Comgás

As questões socioambientais são primordiais para os negócios e tudo isso ganhou ainda mais força com a pandemia iniciada em 2020. Como consequência, as empresas têm sido cada vez mais desafiadas por seus stakeholders para se posicionar, de forma concreta e transparente, quanto a sua atuação e impacto em relação às práticas de ESG – de como

geram e compartilham valor de forma sustentável, e como lidam com os temas ambientais, sociais e de governança.

A jornada de sustentabilidade da Comgás se iniciou há mais de dez anos, focando em eficiência, no compromisso com a segurança das pessoas e dos ativos, no crescente investimento em ações sociais, além da promoção do

desenvolvimento humano dos colaboradores e parceiros, tudo isso com os mais altos valores de governança e compliance.

No final de 2020, a companhia revisitou seus princípios de sustentabilidade e consolidou sua visão baseada em três pilares estratégicos e compromissos que direcionam as ações de hoje e do futuro.

Valorizar as pessoas e a sociedade

Externamente, há também o compromisso da empresa com a excelência no atendimento aos clientes, seja por meio das plataformas digitais ou no contato presencial – e neste, sempre com total atenção aos protocolos sanitários recomendados pelas autoridades. Além disso, a Comgás mantém uma atuação contínua de ações de voluntariado, com parcerias de formação profissional e educação, assim como o apoio a iniciativas de desenvolvimento da gestão pública, cultura, educação, esporte, saúde e de apoio a crianças, adolescentes e idosos nas comunidades em que atua.

Os destaques ficam por conta da parceria com a organização social Comunitas e o Programa Parceiros da Educação, com a doação de cestas básicas para alunos de escolas públicas em cidades que possuem a rede da Comgás, além do apoio a projetos como o Instituto Vanderlei Cordeiro De Lima, que incentiva a prática do atletismo, a Associação Acorde para o desenvolvimento de jovens e crianças por meio da gastronomia e o Hospital de Amor, com apoio a medicamentos e procedimentos para o tratamento de idosos com câncer.

Para fortalecer a agenda de Diversidade e promover a maior participação de mulheres no mundo do gás, em março de 2021 teve início o curso “Minha Chance”, uma parceria da Comgás com a Fatec e o Centro Paula Souza, que



promove a formação de gasistas em um programa exclusivamente voltado para mulheres e que prioriza pessoas de baixa renda e em vulnerabilidade socioeconômica. Essa união chancela o propósito da Companhia de mudar vidas por meio do conhecimento e desenvolvimento, focando na inclusão e diversidade. Temos orgulho das mais de 50 mulheres formadas na primeira turma e que hoje ingressam o mercado de trabalho.

Oferecer mais energia com menos emissões

Faz parte da estratégia de sustentabilidade da Comgás trabalhar para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Um

exemplo disso é a redução de 75% de emissões, marca conquistada após a substituição completa de mais de mil quilômetros da rede de distribuição de ferro fundido por polietileno. O projeto concluído em 2019, zerou as emissões decorrentes de vazamentos de gás natural ocasionados por trincas e rachaduras nas tubulações de ferro fundido. Desde 2016, a empresa já reduziu 86% das emissões fugitivas, principal atividade ofensora de gases de efeito estufa de sua operação.

Em paralelo, a Comgás tem cada vez mais difundido os benefícios da geração de energia a gás natural como substituto para os equipamentos a diesel, muito mais poluentes. Hoje, há dezenas de clientes com geradores a gás entre hospitais, indústrias, shop-



Desenvolver a infraestrutura do Brasil

Por meio de um plano efetivo de expansão das operações para garantir o fornecimento de gás natural, a empresa mantém um trabalho contínuo pelo “acidente zero” nas atividades de trabalho. A jornada de desenvolvimento segue primando pela segurança das operações – quesito em que a empresa é benchmark, acumulando mais de 10 prêmios da American Gas Association (AGA), o principal reconhecimento internacional nessa área.

Assim como nas operações, a segurança da informação também é uma premissa nos processos da companhia, que atua continuamente para a manutenção da integridade e proteção de dados de parceiros, clientes, colaboradores e investidores, garantindo que todos os dados sejam tratados com o sigilo necessário.

Com essa série de ações, a companhia vai se posicionando como uma empresa de utilities do futuro, oferecendo uma mudança acelerada nos serviços para o cliente, e contribuindo para a redução da pegada de carbono ao desenvolver o mercado com uma proposta de valor que substitui combustíveis mais poluentes.

São essas algumas das iniciativas que fazem com que a Comgás amplie sua rede com eficiência operacional, levando o conforto e a praticidade do gás encanado para toda a sua área de concessão.

pings e prédios corporativos. Em um plano mais macro, o gás natural pode ser a melhor alternativa para ampliar o crescimento de novas fontes renováveis e intermitentes (como a eólica e a solar-fotovoltaica).

Ainda nessa frente, a distribuidora de gás encanado almeja incluir o biogás no portfólio – algo viável com a evolução do tratamento de resíduos sólidos nos centros urbanos, e estuda a oferta de “gás carbono neutro” com constantes investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento) para buscar

tecnologias mais eficientes na queima do insumo.

Outra frente, em parceria com centros de pesquisa, é mostrar os benefícios da adoção do gás natural no transporte de cargas pesadas e na mobilidade pública urbana, estimulando a substituição do diesel. Um estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade mostra que, somente na Região Metropolitana de São Paulo, a troca de 50% da frota a diesel por outra a gás seria capaz de salvar 5.688 vidas e evitar 3.525 internações no sistema público de saúde.



SP inicia obras habitacionais e anuncia unidades do Poupatempo na região de Sorocaba

Governo também anunciou início das obras na SP-250, autorizou regularização de 1,4 mil imóveis e liberou recursos para infraestrutura

O Vice-Governador, Rodrigo Garcia, entregou 127 casas no município de Piedade e autorizou o início das obras de 290 novas moradias em Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, na região de Sorocaba. O Governo de SP fará um investimento total de R\$ 17,7 milhões nos novos empreendimentos habitacionais. Também foram

assinadas ordens de serviço do Programa Cidade Legal para regularização fundiária de 1,4 mil imóveis em oito municípios e liberados R\$ 6,2 milhões em recursos para reformas de escolas e obras de infraestrutura urbana. Rodrigo Garcia ainda anunciou a implantação de novos postos do Poupatempo em Piedade, Pilar do

Sul e São Miguel Arcanjo.

A agenda de Rodrigo Garcia incluiu ainda a participação na inauguração do campus do curso de Medicina da Universidade São Caetano do Sul em Itapetininga e o anúncio de início das obras na SP-250 (Rodovia Nestor Fogaça). “Aqui na região eu faço a entrega oficial, em Piedade, de habitação

HABITAÇÃO



de interesse social. São 127 casas que estamos entregando. E iniciamos obras hoje de habitação também em São Miguel Arcanjo, 222 unidades, e em Pilar do Sul, mais 68 unidades. Além do início das obras da SP-250, que liga Pilar do Sul a São Miguel Arcanjo. São investimentos importantes para a gente, na sequência da COVID-19, poder gerar emprego e renda para nossa população de São Paulo”, destacou Rodrigo Garcia.

As obras habitacionais anunciadas serão viabilizadas pela Secretaria de Habitação, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Para São Miguel Arcanjo foi autorizada a urbanização de novos loteamentos que contarão com 222 casas. O valor da ordem de serviço é de R\$ 11,1 milhões. Em Pilar do Sul, as obras dos loteamentos já foram concluídas e agora serão edificadas 68 unidades habitacionais. O contrato desta etapa é de R\$ 6,6 milhões.

Os empreendimentos estão sendo executadas pelo novo formato da modalidade Nossa Casa – CDHU.

Na primeira etapa é realizada a urbanização dos lotes, com a implantação de rede de água e esgoto, drenagem, terraplenagem, pavimentação, entre outros itens. Na fase seguinte, tem início a construção das casas. Anteriormente, os empreendimentos seriam produzidos e financiados pela Caixa Econômica Federal. Para conferir mais agilidade, a CDHU assumiu as obras.

Rodrigo Garcia também liberou R\$ 837 mil para serviços de regularização fundiária em 18 núcleos habitacionais nos municípios de Alumínio, Araçoiaba da Serra, Boituva, Bofete, Ibiúna, Pilar do Sul, Salto de Pirapora e São Roque. A iniciativa vai beneficiar 1.470 famílias de baixa renda que vivem em imóveis irregulares. Os moradores vão receber os títulos de propriedade e passarão a ser legalmente donos de seus imóveis.

Moradias entregues

Na cidade de Piedade, o Vice-Governador fez a entrega de 127 casas. O empreendimento é resultado de parceria entre o Governo do Estado e a prefeitura de Piedade,

que doou o terreno. A CDHU fez a contratação da obra e investiu R\$ 13,5 milhões no projeto. As famílias contempladas participaram de sorteio público realizado em novembro de 2020 e o financiamento dos imóveis já segue as novas diretrizes da Política Habitacional do Estado de SP, que prevêem juros zero para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos.

As moradias possuem dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e área útil de 47,87 m². As unidades são equipadas com kit de eletrodomésticos (fogão, geladeira e microondas) para famílias com renda de até três salários mínimos. O conjunto habitacional, localizado na rua Capitão Moraes, s/nº, tem infraestrutura completa: redes de água, elétrica e esgoto, pavimentação, drenagem, urbanismo, muro de arrimo e iluminação pública.

Poupatempo

O Vice-Governador autorizou a implantação de postos do Poupatempo nos municípios de Piedade, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, na região de Sorocaba. As futuras unidades, já integradas ao Detran.SP, estão entre as 12 novas já anunciadas para a região e devem beneficiar quase 120 mil moradores. A viabilização dos projetos será feita por meio de convênio com as prefeituras, as responsáveis pela indicação dos locais e infraestrutura dos imóveis. Com investimento de R\$ 420 mil pelo Estado, cada posto terá capacidade para realizar uma média de 130 atendimentos por dia. As unidades físicas do Pou-

patempo oferecem apenas os serviços que dependem da presença do cidadão para serem concluídos, como a solicitação de RG, primeira via e alteração de dados cadastrais da CNH, mudança na característica ou transferência interestadual de veículo, intenção de matrícula escolar, investigação e reconhecimento de paternidade, por exemplo. As demais opções estão disponíveis online e podem ser realizadas com conforto e segurança, sem precisar sair de casa. Atualmente, são mais de 190 serviços nos canais eletrônicos.

No momento, já são 117 postos em funcionamento em todo o Estado, 11 deles localizados na região de Sorocaba (Avaré, Botucatu, Boituva, Cerquilha, Itapetininga, Itatinga, Itu, Porto Feliz, Salto, Sorocaba e Tatuí).

Educação

O Governo de SP anunciou ainda R\$ 4,1 milhões para ampliação de creches e obras nas escolas dos municípios de São Miguel Arcanjo, da diretoria de ensino de Itapetininga, e Piedade, da diretoria de ensino de Votorantim, por meio do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo (Painsp). Do total de investimentos, R\$ 2,7 milhões foram direcionados para São Miguel Arcanjo, sendo R\$ 328 mil são para ampliação de duas creches, R\$ 1,3 milhão para adequação da rede elétrica de cinco escolas estaduais que serão climatizadas e R\$ 1 milhão para cobertura de quadra da rede estadual. Em Piedade, R\$ 1,4 milhão serão investidos para cobertura de duas quadras esportivas de es-



colas estaduais. Rodrigo Garcia também participou da cerimônia de inauguração do novo Campus Itapetininga da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Com investimento de R\$ 3,5 milhões, o campus abrigará a primeira faculdade de medicina do município. A maioria dos estudantes vem de Itapetininga e de cidades da região, como Sorocaba, São Miguel Arcanjo, Tatuí, Votorantim e Araçoiaba da Serra.

Infraestrutura urbana

Rodrigo Garcia anunciou R\$ 2,1 milhões para investimentos em infraestrutura urbana nos municípios de Piedade e São Miguel Arcanjo. Ele autorizou a formalização de convênios entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e as prefeituras. A cidade de Piedade será beneficiada com R\$ 1,1 milhão em recur-

sos, sendo R\$ 450 mil para reformas em duas escolas, R\$ 200 mil para obras gerais de infraestrutura urbana e R\$ 500 mil para reforma do novo prédio da ETEC. São Miguel Arcanjo receberá R\$ 1 milhão para obras de infraestrutura no Novo Distrito Industrial.

SP-250

Durante a agenda na região, Rodrigo Garcia anunciou ainda o início das obras na SP-250 (Rodovia Nestor Fogaça). A via vai receber investimentos da ordem de R\$ 51,7 milhões para serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização da pista em 50,7 km, entre Pilar do Sul e São Miguel do Arcanjo. As obras foram iniciadas em janeiro de 2022 e a previsão é de que sejam intensificadas em março, após o período de chuvas, com conclusão em 12 meses.



Doria assina decreto que pune discriminação contra a mulher

Governador também autorizou a liberação de R\$ 32,8 milhões para o programa Casa da Mulher em 43 municípios

No dia 4 de Março, o Governador Joao Doria assinou um decreto que regulamenta o processo de apuração das infrações administrativas decorrentes de qualquer forma de discriminação contra a mulher no serviço público estadual, cabendo, inclusive, o envio de denúncia ao Ministério Público. O processo será realizado por uma comissão especial composta por membros indicados pela Se-

cretaria da Justiça e Cidadania (SJC). Essa é mais uma medida adotada na atual gestão para respeito, proteção e combate à violência contra as mulheres no estado de SP.

“Faremos mais, o objetivo é ampliar. E que sirva de exemplo. Se São Paulo fez, outros estados podem fazer também como exemplo de proteção às mulheres. Eu não cumpro uma obrigação política

ao dar às mulheres aquilo que elas merecem, ao oferecer às mulheres aquilo que elas representam, porque, como foi dito aqui, lugar de mulher é onde ela quiser”, disse Doria.

De acordo com o decreto assinado pelo Governador, a SJC terá autorização para firmar convênios e termos de cooperação com a Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais e Poder Judiciário,

para praticar todos os atos necessários ao bom funcionamento do sistema de recebimento e julgamento das denúncias dos atos discriminatórios definidos na Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021. Identificada a prática de possível falta cometida por um servidor público estadual, a comissão especial comunicará o fato ao órgão em que o suspeito desempenhar suas funções e indicará as provas do que tiver conhecimento.

A lei estabelece multa que será paga por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE, com código de recolhimento de multas em fonte de receita vinculada à Coordenação de Políticas para a Mulher, da SJC. Os recursos obtidos serão aplicados, exclusivamente, para a realização de campanhas educativas que tratem do tema de vedação de qualquer forma de discriminação contra a mulher.

Casa da Mulher

Na ocasião, Doria também anunciou que serão realizados convênios para a criação da Casa da Mulher, um investimento de R\$ 32,8 milhões que beneficiará 43 municípios. O programa prevê a disponibilização de espaço de referência para atendimento às mulheres em duas principais áreas: enfrentamento à violência e promoção da autonomia econômica. A iniciativa é uma parceria entre as Secretarias Estaduais da Justiça e Cidadania (SJC), Desenvolvimento Social (SEDS), Desenvolvimento Regional (SDR), Desenvolvimento Econômico (SDE),



Direitos da Pessoa com Deficiência e Fundo Social (FUSP).

A SDR fará o repasse de recursos aos municípios e dará apoio técnico para a construção das casas por meio de convênios, já a SJC vai definir e articular os serviços que serão ofertados nas Casas, orientar e dar as diretrizes para o funcionamento do programa.

Os anúncios foram realizados durante o ato “*Violência Nunca Mais*”, em defesa da vida das mulheres, no Palácio dos Bandei-

rantes. Na ocasião, foi distribuída uma cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher, com o objetivo de informar cidadãs e cidadãos, bem como profissionais da rede de serviços públicos, sobre o tema. O material desconstrói visões estereotipadas e preconceitos sobre a violência doméstica, além de informar sobre os tipos de agressões e seus ciclos, a legislação de referência e os órgãos públicos onde as mulheres podem buscar orientação.



SP lança projeto da primeira ciclovía de longa distância em rodovia no Brasil

Governo anuncia a criação da Ciclovía dos Bandeirantes, entre as cidades de São Paulo e Itupeva, e autoriza recursos para infraestrutura

O Governador João Doria lançou no dia 10 de março, o projeto da primeira ciclovía de longa distância em rodovia no Brasil, a Ciclovía dos Bandeirantes, na Rodovia dos Bandeirantes. Localizada entre São Paulo e Itupeva, a nova ciclovía ligará a capital paulista ao recém-lançado Distrito Turístico Serra Azul, em Itupeva, com aproximadamente 57 quilômetros

de extensão. Na ocasião, Doria também autorizou a destinação de R\$ 4,2 milhões para obras de pavimentação asfáltica da Rodovia Waldomiro Bertassi e de melhorias na infraestrutura urbana de Itupeva.

“São Paulo vai ganhar a maior e mais completa ciclovía do Brasil, com a geração de mil empregos diretos durante a sua im-

plantação. Uma grande opção para o esporte, para o lazer e para a mobilidade”, afirmou o Governador.

A execução das obras da nova ciclovía ficará a cargo da concessionária CCR AutoBan, integrante do Programa de Concessões Rodoviárias, sob regulação da ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo. O

objetivo da iniciativa é melhorar a mobilidade entre a Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Jundiaí e demais municípios às margens das rodovias Bandeirantes e Anhanguera, permitindo a utilização – com melhores condições de segurança – da bicicleta em deslocamentos de trabalho, esporte, lazer e turismo.

Neste trecho da SP-348, o projeto funcional prevê a construção de uma ciclovia totalmente segregada da rodovia – entre os quilômetros 13+800 e 71 da Rodovia dos Bandeirantes (Shopping SerrAzul), em trechos do canteiro central e do gramado lateral. As intervenções incluem novos elementos de segurança, acesso controlado de entrada e saída, pontos de apoio, barreiras rígidas e novas sinalizações, horizontal e vertical. O valor estimado apresentado pelo projeto funcional chega a R\$ 219 milhões.

O projeto prevê ainda a instalação de seis passarelas para transposição na rodovia – que permitirão que o ciclista possa acessar a ciclovia sem a necessidade de atravessar a rodovia. Também serão viabilizados sete pontos de apoio, com acesso aos postos de serviços, e a nova sinalização de alerta aos usuários.

Novos Caminhos

Em parceria com o Grupo CCR, o Estado de São Paulo está desenvolvendo o projeto Ciclo Rotas SP CCR, que consiste na identificação e realização de investimentos em rotas alternativas em vias de baixo movimento, volume de

tráfego e menor velocidade permitida, visando oferecer opções mais seguras para a prática de ciclismo, com implantação de sinalização específica, melhorias no pavimento, conservação do entorno, entre outras medidas.

O objetivo é oferecer melhores e mais seguras condições para pedalar, em comparação às rodovias com grande volume de tráfego e maior velocidade. Cerca de 100 quilômetros de Ciclorrotas já foram entregues nas regiões de Holambra, Jundiaí, Louveira, Vinhedo e Itatiba. Até o final do primeiro semestre, serão 300 quilômetros de vias para ciclismo no Estado de São Paulo.

Ciclovias na malha concedida

Com base nas orientações do Ciclo Comitê Paulista, a ARTESP está prevendo a inclusão de obras de infraestrutura viária para construção, conservação e implantação de ciclovias nos novos contratos de concessão de rodovias, como o que ocorreu na concessão do lote PiPa, de rodovias de Piracicaba a Panorama, assinado em maio de 2021, onde estão contemplados cerca de 97 quilômetros de ciclovias, distribuídos nas rodovias SP-284, SP-294, SP-304, SP-308 e SPA 605/294.

Outras intervenções fundamentais para ampliar a segurança dos ciclistas são as obras do trevo Alemoa, na rodovia Anchieta (SP 150), com a instalação de ciclovia



entre os kms 60 e 65, ligando o Jardim Casqueiro, em Cubatão, à malha cicloviária de Santos.

O Ciclo Comitê Paulista tem o objetivo de subsidiar tecnicamente e definir ações estaduais relacionadas à implementação de procedimentos e estruturas para veículos não motorizados (transporte ativo).

Infraestrutura Urbana

Durante a agenda em Itupeva, o Governador João Dória autorizou, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), a celebração de dois convênios com a prefeitura de Itupeva. A cidade será contemplada com R\$ 4 milhões para obras de pavimentação asfáltica da “Via Waldomiro Bertassi”.

Pelo Programa Cidade Acessível, serão destinados R\$ 250 mil para a construção de calçada acessível. A iniciativa, gerida pela SDR em parceria com a Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência, prevê investimentos nas áreas de esportes, lazer, infraestrutura, educação e acessibilidade, de forma que os municípios paulistas se tornem mais inclusivos.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), segue fazendo história na melhoria da infraestrutura urbana paulista.

Ao longo de 2021 a Pasta assinou 2 mil convênios com os 645 municípios, um investimento de R\$ 1,07 bilhão.

“Esse é um recorde de investimento realizado para infraestrutura urbana na história de São Paulo. Essas são obras que vão transformar a vida da população quando em breve virarem realidade no interior, litoral e na Região Metropolitana de São Paulo”, comemorou o Vice-Governador e Secretário de Governo, Rodrigo Garcia.

O levantamento realizado pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais, vinculada à SDR, apontou que em 2021 a Pasta assinou 2003 novos convênios com os 645 municípios paulistas, o investimento chega a R\$ 1,07 bilhão.

“Entre os nossos muitos desafios de 2021, estava atender às demandas mais urgentes do dia a dia da população, entre elas, auxiliar na retomada das atividades econômicas e sociais. Investimos R\$ 1,07 bilhão não somente em obras de infraestrutura urbana, mas também na geração de empregos, qualificação profissional,



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional supera a meta de **2 MIL CONVÊNIOS** assinados com os municípios paulistas em 2021

MAIS DE R\$1 BILHÃO
INVESTIDOS EM
INFRAESTRUTURA
URBANA

- + Mais Empregos
- + Mais Dignidade
- + Qualidade de Vida
- + Desenvolvimento

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Desenvolvimento Regional

acesso à políticas públicas e uma série de outros projetos desenvolvidos somente pelo Estado de São Paulo”, disse o Secretário de Desenvolvimento Regional,

Marco Vinholi.

Ainda segundo o órgão, em 2019 foram assinados 1109 convênios, com a aplicação de R\$ 458,1 milhões. Já em 2020, mesmo com a

pandemia da Covid-19, foram firmados 558 convênios, totalizando R\$ 282,9 milhões investidos.

“Em 40 anos trabalhando com a formalização de convênios com os municípios do Estado de São Paulo, essa é a primeira vez que vejo um governo investir tanto em obras de infraestrutura urbana nas pequenas e grandes cidades. Esses são recursos que já estão garantidos em orçamento, e serão repassados conforme a agilidade de cada Prefeitura em licitar, seguir o processo, concluir a obra e fazer a prestação de contas”, explica a Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais, Ivani Vicentini.

O salto nos investimentos realizados pela SDR em 2021 é resultado das ações inovadoras lançadas pela Pasta ao longo do ano. Foram lançados programas regionais para o crescimento econômico e social de regiões carentes, como o *“Pontal 2030”*, iniciativa com a finalidade de alavancar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista. O programa *“Viva o Vale”* contempla ações para o desenvolvimento do Vale do Paraíba em diversas áreas como infraestrutura, turismo, desenvolvimento econômico, saúde, segurança, habitação e educação. Já o *“Sudoeste+10”* foca em melhorias na agricultura, meio ambiente, turismo, geração de emprego e renda e nas estradas que cortam a região de Itapeva, na divisa do estado com o Paraná.

Outro programa importante da Secretaria de Desenvolvimento é o *“Nossa Rua”*, uma parceria inédita entre o Governo Estadual

e os municípios paulistas para a aplicação igualitária em obras de pavimentação asfáltica de vias urbanas de terra. Já o *“Desenvolve Municípios”*, em parceria com a Secretaria da Fazenda e com o banco Desenvolve SP, disponibiliza linhas de financiamento destinadas a obras de pavimentação, recapeamento e iluminação pública, entre outras, em prol das cidades paulistas. Além destes, o *“SP+Consórcios”* é um plano inédito que estimula a atividade consorciada em diversas frentes em prol do empreendedorismo.

Outra marca do Desenvolvimento Regional foram as iniciativas de apoio aos jovens, aos afrodescendentes e às mulheres. Por meio da SDR, foram criados a *“Casa da Juventude”*, espaços multiuso de apoio ao público jovem no início da vida profissional; a *“Casa da Mulher”*, unidades regionais para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à mulher, e a *“Casa SP Afro Brasil”*, equipamento que oferecerá atendimento de saúde, justiça e cidadania, programas contra o racismo, ensino da história e cultura afro-brasileira, oficinas culturais, cursos de gestão aos profissionais de salões de beleza negra, moda, artesanato e muito mais.

Recursos já repassados

A Subsecretaria de Convênios registrou que em 2021 todos os municípios das 16 Regiões Administrativas do estado foram contempladas com recursos para obras de infraestrutura urbana. Em 2019 a SDR repassou R\$ 209,6 milhões; em 2020 foram R\$ 355,3 milhões. Já em 2021 foram

R\$ 354 milhões. Somados, a Secretaria de Desenvolvimento Regional já investiu R\$ 920 milhões desde sua criação há três anos.

Investimentos garantidos para 2022

A expectativa do Governo de São Paulo é de que as obras já em andamento sejam entregues em 2022, bem com ampliar os investimentos, atendendo às diversas demandas municipais.

No início de dezembro, o Governador João Doria anunciou o pacote municipalista com o investimento de R\$ 1,9 bilhão em obras de infraestrutura urbana nos 645 municípios do estado.

Na ocasião, Doria autorizou a Secretaria de Desenvolvimento Regional a formalizar 1491 convênios com os municípios paulistas, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão. Do total anunciado, R\$ 212,5 milhões foram assinados, cujas obras serão iniciadas brevemente. Essas novas autorizações somam-se aos 391 convênios recém-formalizados, os quais estão em andamento nas cidades paulistas, no valor de R\$ 424,5 milhões.

“Agora, nosso objetivo é tomar as medidas necessárias visando à formalização desses convênios, que impulsionarão a infraestrutura municipal e levarão mais qualidade de vida para a população”, conclui o Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

Por Kethlyn Jesus



O Governo do Estado de São Paulo segue empenhado em transformar a vida da população paulista

A Secretaria de Desenvolvimento (SDR), repassou ao longo de 2021 o montante de R\$ 354 milhões para melhoria da infraestrutura urbana.

“Esses são recursos fundamentais para atender as demais mais urgentes dos nossos municípios, obras que vão melhorar a vida do cidadão. Essa é uma gestão que trabalha pelo desenvolvimento de São Paulo”, comentou o Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

O valor destinado as obras de infraestrutura urbana contemplam ações como reforma de escolas municipais, recapeamento asfáltico, pavimentação, iluminação pública, reforma de ginásio de esportes, revitalização de praças, construção de galerias pluviais, maquinários essenciais para a manutenção dos municí-

pios, entre outros.

Entre os pagamentos efetuados, cabe destacar os R\$ 1,2 milhões referente à última parcela do convênio firmado com a Prefeitura de Catiguá para Reforma da Praça Santa Isabel, localizada nas confluências das vias: José Darcie, José Zancaner, José Menegon e Homero Araújo, na sede do município.

Vale destacar ainda o montante de R\$ 472,5 mil referente a segunda e terceira parcela do convênio com a Prefeitura de Bilac, visando reforma do centro de lazer localizado na Rua Dr. Vitorio Maroni n. 95 – Jardim Bela Vista; e o R\$ 1 milhão da ter-

ceira parcela do convênio com a Prefeitura de Cravinhos, para execução de 65.304,42m² de recapeamento asfáltico em diversas vias do município.

Das grandes intervenções destacam-se, as obras emergenciais e de infraestrutura urbana em três cidades do litoral que sofreram com as fortes chuvas na Baixada Santista, em março de 2020. Para a recuperação das áreas atingidas pela tragédia, foram destinados R\$ 25 milhões para o Guarujá, R\$ 15 milhões para Santos e R\$ 10 milhões para São Vicente. Os convênios foram assinados em 2020, com pagamentos sendo liberados conforme a evo-

lução das obras.

“O Governo do Estado continuará trabalhando na melhoria da infraestrutura urbana das nossas cidades”, frisou o Secretário Vinholi.

2021 tem recorde de convênios assinados pela SDR

Apesar da pandemia de Covid-19, o Estado de São Paulo não teve nenhuma obra paralisada e os investimentos da área da infraestrutura urbana alavancaram ao longo da gestão.

O levantamento realizado pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais apontou que em 2021 a SDR assinou 2003 novos convênios, um investimento de R\$ 1,07 bilhão em obras de infraestrutura urbana. Esse é um recorde de convênios firmados anualmente desde a criação da Pasta, há três anos.

Ainda segundo o órgão, em 2019 foram assinados 1109 convênios, com a aplicação de R\$ 458,1 milhões. Já em 2020, mesmo com a pandemia da Covid-19, foram firmados 558 convênios, totalizando R\$ 282,9 milhões investidos. “Esses são recursos que já estão garantidos em orçamento, e serão repassados conforme a agilidade de cada Prefeitura em licitar, seguir o processo, concluir a obra e fazer a prestação de contas”, explica a Subsecretária de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais, Ivani Vicentini.

Por Kethlyn Jesus



Marco Vinholi recebeu o 132º Título de Cidadania outorgado por um município paulista. Para celebrar a marca, a Alesp realizou em dezembro sessão solene que reuniu mais de 300 convidados.

Na oportunidade, a Casa de Leis ainda concedeu sua maior honraria ao secretário mais jovem do governador João Doria: o Colar de Honra ao Mérito Legislativo, entregue a pessoas naturais ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, civis ou militares que contribuíram para o desenvolvimento social, cultural e econômico do estado





“Parcerias Municipais” está entre os finalistas de Prêmio da FGV

Premiação acontece em março e vai reconhecer políticas públicas que impactam políticas públicas

O Programa da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo está entre os 10 finalistas do prêmio “Evidência”, organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Centro de Aprendizagem em Avaliação e

Resultados para a África Lusófona e o Brasil, o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Marcada para março deste ano, a cerimônia vai reconhecer até três políticas públicas do Brasil

que impactaram positivamente a população, sejam comprovadas cientificamente e que tenham sido colocadas em prática nos últimos 24 meses ou estejam em andamento.

Segundo a FGV, o “Parcerias Municipais” se destacou entre outras

PRÊMIO

54 ações colocadas em prática em diferentes regiões do País.

Há quatro meses (30/9), o “Parcerias Municipais” conquistou o 1º lugar no “*Ranking de Competitividade entre Estados 2021*”. A honraria foi outorgada pelo Centro de Liderança Pública (CLP), na categoria “*Destaque para Boas Práticas*”, com o objetivo de reconhecer a atuação de líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão nos Estados. Em cerimônia realizada na sede B3, o prêmio foi entregue ao vice-governador Rodrigo Garcia.

Lançado em agosto de 2019, o “Parcerias Municipais” tem o objetivo de unir esforços entre as cidades, a fim de reduzir desigualdades regionais em quatro áreas prioritárias: Educação, Saúde, Segurança e, Desenvolvimento

Socioeconômico. Dos 645 municípios do estado, 620 participam do programa.

A ideia central do “Parcerias Municipais” é que os prefeitos tenham metas para cumprir nessas áreas estratégicas e que, a cada meta alcançada, a cidade receba

uma bonificação financeira do governo estadual para investir nas searas premiadas. Em três anos de existência, o programa catalogou mais de 45 mil ações.

“Em seu primeiro ano de existência, o ‘Parcerias Municipais’ teve 87% de adesão das Prefeituras paulistas. Em 2021, alcançamos



97% dos municípios do estado. Neste período, tiramos do papel projetos de vanguarda, com direito a políticas públicas que atendem, de fato, a ponta; quem mais precisa! Isso prova a eficiência da iniciativa no combate às desigualdades”, explica o secretário Estado de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.





Arsesp e os municípios paulistas: uma parceria estratégica

Diálogo constante

A Arsesp mantém diálogo permanente com os gestores dos municípios com os quais firmou convênio para regular e fiscalizar os serviços de saneamento básico. Dentre os instrumentos adotados para aproximar e estreitar esse relacionamento, citam-se:

- atendimento aos usuários por meio de canais gratuitos;
- atendimento exclusivo para gestores e sua equipe técnica;
- publicação de normas e regulamentos;
- fiscalizações remotas e in loco;
- acompanhamento de metas e indicadores;

•pesquisa com os municípios para medir o grau de satisfação com os serviços prestados;

•publicações específicas direcionadas à população e aos gestores;

•reuniões presenciais (e virtuais, após o início da pandemia da Covid-19), denominadas Encontros Regionais – Arsesp nas Cidades;

•envio anual do Relatório Analítico dos Municípios, referente à prestação dos serviços na localidade.

Mas vale destacar dois instrumentos, dentre os acima citados, especialmente voltados para os Gestores Municipais: o Relatório Analítico dos Municípios e os Encontros Regionais – Arsesp nas Cidades.

Relatório Analítico dos Municípios

O Relatório Analítico constitui uma importante ferramenta para que os gestores possam acompanhar as ações e os resultados alcançados na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em seu município e em outros municípios conveniados.

Esse monitoramento cumpre os critérios estabelecidos no Contrato de Programa, em relação tanto às metas a cumprir na prestação dos serviços, quanto às estimativas de investimento requeridos nos sistemas de abastecimento de

água e de esgotamento sanitário. Por meio dele é possível:

- conhecer o histórico das manifestações dos munícipes junto ao Serviço de Atendimento aos Usuários da Arsesp;
- acompanhar o cumprimento das metas dos indicadores de cobertura de abastecimento de água, cobertura de coleta e tratamento de esgoto e controle de perdas;
- acompanhar as fiscalizações realizadas e os seus resultados;
- conhecer a situação tarifária;
- informar-se sobre aspectos econômico-financeiros do Contrato de Programa.

Embora seja um informativo anual sobre o serviço local, contém dados que podem auxiliar a municipalidade a responder as demandas do Ministério Público e Tribunal de Contas.

Os relatórios estão disponibilizados, por município, no site da Arsesp, no “Espaço da Prefeitura”.

Encontros Regionais – Arsesp nas Cidades

Para firmar a importância da regulação na melhoria dos serviços

prestados nas cidades, a Arsesp implantou, a partir de 2017, uma agenda permanente de reuniões com Gestores Municipais – os Encontros Regionais – Arsesp nas Cidades.

Para esses Encontros, é convidado um número restrito de representantes de municípios conveniados que têm a oportunidade de conversar com uma equipe de técnicos da Arsesp sobre as principais atividades desenvolvidas pela Agência na municipalidade, apresentar demandas e obter esclarecimentos específicos. A pauta dos Encontros Regionais abrange assuntos institucionais, de saneamento básico, gás canalizado, energia elétrica e tarifas.

Os nove eventos realizados em 2021 contaram com a participação de representantes de 148 cidades. Para este ano, estão programadas sete edições, em datas e locais que serão divulgados oportunamente.

Arsesp no 64º Congresso Estadual dos Municípios

Na busca incessante por aproximar ainda mais o gestor municipal e a sociedade, e esclarecer

suas dúvidas, a Arsesp participa há 10 anos do Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios.

Na edição deste ano, a 64ª, a Arsesp estará mais uma vez presente não apenas como patrocinadora do evento, mas como participante ativa na discussão de temas relevantes da programação oficial.

Neste 64º Congresso de Municípios, a realizar-se em Campos de Jordão, de 28 a 30 de março, a Arsesp estará presente, também, com o seu tradicional estande, à espera de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários, gestores públicos e o público em geral. Venham dialogar com os nossos especialistas sobre os vários aspectos dos serviços de saneamento básico, gás canalizado e energia elétrica.

E lembrem-se:

os Gestores Municipais contam com canais exclusivos para contatar a Arsesp quando quiserem:

•por telefone: 0800 771 77 33

•ou por mensagem:

arsesp.municipios@arsesp.sp.gov.br



Tempestade de poeira e qualidade da água

Por: Luciano Zanella e Wolney C. Alves



Como se já não bastasse a estiagem, que atinge de forma histórica o estado de São Paulo, em especial a região noroeste, o mês de setembro trouxe consigo o fenômeno climático das tempestades de poeira em uma escala que, até então, não havia sido registrada na região de forma tão intensa.

O fenômeno ocorre a partir da combinação de fatores ambientais, climáticos e antrópicos locais e macrorregionais. De forma combinada têm-se os efeitos de uma estiagem prolongada que deixa o solo seco, a probabilidade de ocorrência de ventos fortes, de até 90 quilômetros por hora, típicos das tempestades que ocorrem na época de primavera e do verão e a exposição de grandes áreas de solo pela supressão da vegetação pelas queimadas em áreas de vegetação natural ou para o preparo do solo para as práticas agrícolas. As tempestades de areia são mais comuns em áreas de deserto e nas

savanas africanas, onde recebem o nome árabe de “*haboob*”. Segundo informações publicadas no portal Metsul, sua ocorrência se dá quando as fortes rajadas de vento que antecedem as chuvas entram em contato com o solo muito seco levantando parte da camada de solo e poeira da superfície. Ainda segundo o portal Metsul, a poeira pode chegar até o nível das nuvens e formar um paredão com milhares de metros de altura e até 160 quilômetros de largura. O ar frio desce para o solo e se espalha radialmente. O fenômeno também já foi registrado no Sudoeste dos Estados Unidos, na península arábica e na Austrália. Estima-se que as tempestades de poeira possam se tornar mais frequentes com a remoção da cobertura vegetal e como consequência das mudanças climáticas e os efeitos por elas provocados como a elevação da temperatura e o prolongamento dos pe-

ríodos de secas.

Os prejuízos imediatos e mais proeminentes trazidos pelas tempestades de poeira puderam ser sentidos diretamente nas cidades atingidas. Houve queda de muros, queda de árvores, destelhamento de edificações, interrupção na circulação de veículos, acidentes e até casos de óbitos relacionados ao fenômeno. Além desses efeitos diretos bastante perceptíveis, as tempestades de poeira, e o período prolongado de estiagem, também são motivos de preocupação quanto à qualidade das águas usadas para o abastecimento. Os impactos da estiagem prolongada no abastecimento público são bastante conhecidos e cada vez mais preocupantes. Em menos de 10 anos é a segunda ocorrência de período de estiagem se vera no Estado de São Paulo, com potencial para causar colapso no abastecimento de vários municípios.

<https://metsul.com/nova-tempestade-de-areia-causa-estragos-e-traz-medo-no-interior-de-sao-paulo/> acesso em 08 de outubro de 2021

cípios. O principal impacto advindo da estiagem prolongada é a redução na disponibilidade de água percebida principalmente nos corpos d'água superficiais – rios, lagos e represas. A redução do volume de água disponível para o abastecimento têm implicado na necessidade de programas de conscientização para a redução do consumo e têm levado algumas cidades à necessidade de retornar à prática do rodízio de abastecimento sob pena de esgotar as reservas d'água.

Além da redução das vazões, e como consequência direta desse fato, há prejuízo na qualidade da água disponível. Com a ocorrência de menores volumes de água, o efeito de diluição de poluentes e esgotos não tratados presentes nos cursos d'água fica prejudicado. Sente-se mais a presença dos poluentes nos rios e, como consequência, exige-se mais do tratamento de água para abastecimento fato que o torna mais dispendioso e exige que seu controle seja feito com mais rigor.

Não é somente o sistema municipal de abastecimento que sofre com os efeitos de eventos extremos. A necessidade de aumento da segurança hídrica municipal, percebida especialmente após a estiagem crítica ocorrida entre os anos de 2014 e 2015, fez com que muitos municípios, atentos aos aspectos de resiliência urbana, promulgassem leis regulamentando a utilização de fontes alternativas de abastecimento predial, em especial, o aproveitamento da água de chuva. Se aplicada em larga escala, essa prática pode funcionar como uma espécie de poupança hídrica, reduzindo a pressão sobre os mananciais durante

o período chuvoso, permitindo com que haja mais volume de água disponível para as épocas de estiagem. Mas durante o período de estiagem, o sistema predial de aproveitamento de água de chuva merece atenção especial. Reservatórios secos e aptos a receber as águas da primavera, se surpreendidos pela ocorrência de uma tempestade de poeira, ou pelo arraste da poeira acumulada nos telhados durante períodos prolongados de estiagem, poderão ser contaminados. Períodos prolongados de estiagem aumentam consideravelmente as concentrações do material particulado presente na atmosfera e depositado nos telhados que são os componentes do sistema de aproveitamento de água de chuva responsáveis pela interceptação da água. As águas da chuva arrastam consigo essa contaminação, presente tanto na atmosfera quanto depositada nos telhados, que é encaminhada aos reservatórios, muitas vezes já vazios devido ao período prolongado de estiagem, culminando na reservação de água com baixa qualidade. Pesquisas realizadas pelo IPT indicam que as águas de primeira chuva podem ter características de qualidade bastante ruins dependendo das atividades desempenhadas no entorno do ponto de



Figura 1 – Início da tempestade de poeira em Ribeirão Preto (26 de setembro de 2021) / Foto: Cristhiano Bellini

coleta, mesmo em condições climáticas normais, que podem ser potencializadas por eventos extremos como as tempestades de poeira. Os cuidados com a qualidade da água, independentemente do sistema em questão ser o público ou o predial, devem ser redobrados quando da ocorrência dos eventos de estiagem prolongada ou das tempestades de areia.

Os danos e efeitos trazidos por esses eventos, apesar de claramente percebidos pela população, podem ter seus efeitos na qualidade da água obtida em sistemas prediais despercebidos num primeiro momento.

Fica o alerta ao poder público que oriente a população quanto à necessidade de manutenção do sistema de aproveitamento de água de chuva em caso de ocorrência de uma tempestade de poeira ou uma estiagem prolongada.

Pesquisadores: Luciano Zanella (lucianoz@ipt.br) e Wolney C. Alves (wolneipt@ipt.br) | Seção de Planejamento, Recursos Hídricos, Saneamento e Florestas da Área de Cidades Infraestrutura e Meio Ambiente



PROMOTORES MUNICIPAIS

Por: Flavio Henrique Costa Pereira

- Vou entregar a chave da cidade para o Promotor de Justiça!

Não sei dizer quantas vezes já ouvi esta frase em meu escritório. Mas, certamente, mais de uma centena de vezes, especialmente dos Prefeitos de pequenos Municípios. É por esse comum olhar do gestor municipal para as condutas de Promotoras e Promotores de Justiça que me permiti fazer o trocadilho contido no título deste texto, afinal, sabemos que os Promotores de Justiça são servidores estaduais.

Para compreendermos a origem desta costumeira expressão, é preciso fazermos duas reflexões históricas. Por primeiro, lembrar que desde a proclamação da República, no idos do Século XIX, até os anos trinta do século XX, os mandatários do País exerciam o Poder dentro de uma estrutura coronelista que não admitiam maiores contestações.

Raimundo Faoro lembra que as relações de Poder se estabeleciam a partir da sujeição dos Prefeitos às ordens dos Governos Estaduais, estabelecendo uma relação de

duplo interesse. Para os Governadores, a manutenção do Poder com a garantia do voto de cabresto. Para os Prefeitos, amparados pelo poder econômico e da força policial dos Governadores, a garantia de exercer o cargo para atender a seus interesses paroquiais. Todo chefe do executivo municipal, aliado ao Governo Estadual, podia contar com a mão forte do Governador para garantia do comando da cidade. É célebre a frase do Governador João Pinheiro dita a um colaborador:

“Diga sempre que é solidário com o governo. Tudo se reduz a obedecer. Obedeça e terá politicamente acertado. Do contrário, o senhor sabe, estou eu aqui com o facão na mão para chamar à ordem aqueles que se insurgirem. A minha missão principal é essa: manobrar o facão, ou em cima, quando se trata de política federal, ou em baixo, quando da estadual. O nosso meio de orientação é esse. Portanto, olho no facão, não esqueça e faça boa viagem” (1907).

A autoridade exercida pelos Che-

fes dos Poderes Executivos era concentrada e não encontrava limites, com pouca atuação dos órgãos de controle.

Este sistema levou à desestabilização política que desaguou na ditadura Vargas, sem que o Poder Municipal tivesse qualquer alteração, pois a relação de dependência e proteção dos chefes locais recebidas do Governo Federal permitia o predomínio dos interesses locais de quem estivesse no Poder. Apenas mudou de mãos, mas nem tanto, pois, seguindo a escola do Governador João Pinheiro, a maioria se manteve dizendo que era solidária ao Governo de ocasião.

Mais recentemente, no período militar de 1964-1985, esta mesma disposição se perpetuou através da nomeação de prefeitos biônicos e os privilégios do partido governista, a Arena.

Com a Constituição de 1988, pela primeira vez, a organização eleitoral passa a garantir uma maior autonomia municipal e, com a passar dos anos, de fato vivenciamos eleições com reais disputas

de diferentes forças locais.

É neste momento que ressurge um novo Ministério Público. E, aqui, nossa segunda reflexão.

A Carta Constitucional de 1988, em seus artigos 128 e 129, trouxe para o Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira, o que permitiu, ao longo das últimas três décadas, concentrar capacidade de atuação que levou a não poucos juristas e cientistas políticos o equiparar a um quarto poder.

Mas é com a aprovação, em 1992, da Lei da Improbidade Administrativa, regulamentando o art. 37, § 4º da Constituição Federal, que o Ministério Público encontrou o substrato necessário para instrumentalizar sua atuação com maior efetividade.

Dali em diante, o necessário combate à corrupção serviu como catalizador para, dia após dia, sob a aquiescência do Poder Judiciário, o Ministério Público avançar para além de suas atribuições e passar a ditar regras de políticas públicas através dos termos de ajustamento de conduta. Neste contexto, os fins justificaram os meios e, por meio das ações de improbidade administrativa, instalou-se uma política de temor.

Assim é que os meios processuais aptos a combater atos ilegais passaram a servir, pelo receio de condenações, como instrumento de imposição das ideias de promotores de justiça, principalmente naquelas cidades desprovidos de órgãos jurídicos melhor capacitados, impondo soluções que caberiam aos representantes eleitos.

Em inúmeros Municípios, quando se iniciam os debates sobre as

mudanças dos Planos Diretores, por cumprimento do Estatuto da Cidades, não são poucos os Promotores de Justiça que emitem inúmeras “recomendações” aos Prefeitos. Essas recomendações, como regra, são recebidas como verdadeiras ameaças e, seus conteúdos, escolhas de políticas públicas. Em determinado Município, por exemplo, vimos representantes do Ministério Público propor ação civil pública com a finalidade de impor alterações legislativas baseado em aspectos de natureza *técnica e legal, incluindo inúmeros subsídios e contribuições da sociedade, a exemplo dos elementos e diferentes manifestações ofertadas pela comunidade científica*. E, este pedido, acolhido pela Justiça.

Não há dúvidas de que os aspectos legais contrariados pela legislação municipal devem ser combatidos. Todavia, a função de representar a sociedade, obter suas contribuições, e definir critérios técnicos e científicos para a política urbana de um Município é do Prefeito, não do Promotor de Justiça. Em que pese, muitas vezes, a tênue diferença entre o que é legal e o que é escolha pública, é fato que não são poucas as vezes que decisões de Prefeitos são tomadas não pelo que entende melhor para o Município, mas sim evitar contrapor o entendimento do órgão ministerial.

Quando olhamos para esses dois cenários, percebemos que saímos de um poder concentrado do passado para uma função hipertrofiada, nos dias de hoje, dos órgãos de controle.

Segundo a teoria do pêndulo, a reação à posição do pêndulo de um lado é voltar e assumir a extremidade do outro lado. Com o tempo, a força do movimento vai cedendo e encontra o ponto de equilíbrio. As últimas alterações da Lei de Improbidade Administrativa é, sem dúvida, um movimento de reação ao extremo que vivenciávamos. Busca-se, com isto, um equilíbrio.

Certamente esse não é o último movimento e muitos outros, de idas e vindas, ocorrerão até encontramos esse equilíbrio, que se estabelecerá mais cedo quanto mais assumirmos as nossas responsabilidades enquanto gestores e servidores, com razoabilidade e objetivo de atender o efetivo interesse público.

Para muitos a novidade legislativa é um regresso no combate à corrupção. Vejo como oportunidade de se aprofundar as discussões sobre a relação entre os Poderes e os órgãos de controle, com melhor definição dos princípios que norteiam cada uma das atividades próprias de cada lado.

Que a chave da cidade continue nas mãos dos Prefeitos e Prefeitas, e o Ministério Público, como órgão estadual, cumpra seu relevante mister, cobrando a punição de quem descumpra a lei, mas contribuindo para que a democracia funcione segundo a vontade do eleitor, que sempre deverá ser manifestada na pessoa de quem se elegeu.



Flávio Henrique Costa Pereira
é advogado, especialista em direito público e eleitoral.

REGULAÇÃO SETORIAL E OS BENEFÍCIOS ESSENCIAIS PARA A SOCIEDADE

Por Antonio Laskos e José Ricardo Biazzo Simon

É implícita na própria razão da existência do Estado a necessidade de zelar pelos serviços públicos essenciais, promovendo ganhos quantitativos e qualitativos para os usuários e consumidores, e um dos instrumentos dessa atuação são as Agências Reguladoras.

Em uma sociedade economicamente ativa, para que o equilíbrio da competitividade seja voltado para o bem de todos, sem priorizar o individualismo, dois aspectos devem ser constantemente monitorados: a informação e o poder de mercado.

A regulação setorial possui papel fundamental ao evitar que parte da sociedade seja bombardeada com falsas informações,

dados manipulados ou simplesmente o desconhecimento da verdade. A assimetria informacional, cruel por natureza, deve ser combatida.

A rápida evolução tecnológica, principalmente em dispositivos móveis, turbinou a comunicação em massa e criou um verdadeiro campo de guerra da informação. O poder de mercado, muitas vezes custeado por vultosos aportes de fundos predatórios, as vexes torna a batalha desigual.

Diversos serviços foram criados, houve mudança na forma de comercialização. Entrega de alimentos, vendas de imóveis, cursos de idiomas, reservas de hotelaria, locação de casas de veraneio, com-

pra de veículos, são alguns exemplos evidenciados no dia a dia.

A inovação é natural e necessária para o desenvolvimento, e como tudo deve atender aos patamares da verdade e da legalidade.

Ao se afastar da verdade e da legalidade, “pseudo-inovações” tornam-se problemas sociais e reclamam que sejam rechaçadas pela atuação regulatória.

Praticar ilegalidades sob falso manto de inovação ou liberdade econômica afronta a sociedade.

Nos variados sistemas de transporte público não tem sido incomum que “empresas de aplicativos”, que se autointitulam como inovações – e não o são – firmem “parcerias” e passem a atuar ile-

MOBILIDADE URBANA

galmente nos serviços públicos, como se atividade econômica fosse, e isso subverte todo o sistema e atenta contra a viabilidade econômico-financeira dos próprios serviços.

A atuação das Agências Reguladoras rechaçando essas práticas é fundamentais para garantir a sustentabilidade e universalidade do serviço regulado. A ela cabe direcionar, conduzir, normatizar e fiscalizar as atividades exercidas pelos operadores do sistema, inclusive vedando que operadores não autorizados o façam.

Há uma distinção clara entre os operadores de serviço público coletivo regular de passageiros e operadores de serviços privados e a prática deste travestido daquele, por agentes não autorizados, configura ilegalidade, abuso de poder econômico, concorrência desleal e põe em risco, já em princípio, a universalidade a regularidade e a viabilidade dos serviços públicos.

O Judiciário tem exercido papel importante na vedação da prática dessa ilegalidade, onde provocado e as entes reguladores – as vezes nos limites de suas capacidades – tem atuado de forma eficiente e constantemente.

Mas para o que gostaríamos de chamar a atenção é para o fato de que em momentos em que a prática de ilegalidades é excessiva e visa subverter o bem comum - inclusive com a busca de subversão do sistema com constantes levadas de inverdades para a sociedade - é necessário que os entes reguladores exerçam suas competências de forma ainda mais im-



placável. Há que se restabelecer a verdade. Há que se direcionar as práticas para o interesse público. Há que se efetivar as proibições. Há que se fiscalizar com máxima eficiência. Há que evidenciar ainda mais o regramento jurídico constitucional, se necessário for, com incremento normativo compatível com a carta Magna.

Hoje, os consumidores encontram segurança, qualidade, regularidade, gratuidade, conforto e modernidade no sistema público regular co-

letivo de passageiros, resultado de estudos e regulação setorial. Precisamos garantir a continuidade de uma instância que busque genuinamente o aperfeiçoamento do sistema e, assim se evite o caos total e o individualismo nocivo para a sociedade.



Antonio Laskos

Diretor Executivo do SETPESP - Sind. das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo, Estatístico, pós-graduado em pesquisa de mercado e especialista em gestão de entidades sindicais



José Ricardo Biazzo Simon

Advogado, Mestre em Direito Administrativo, Consultor Jurídico do SETPESP - Sind. das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo



Racismo não é liberdade de expressão é crime

O objetivo é destacar a importância socioeconômica e o potencial ambiental e cultural do setor para os jovens

No Brasil, racismo é crime. Em São Paulo além de crime é também punido administrativamente. A Constituição Federal de 1988 estabelece entre os seus princípios a “dignidade da pessoa humana”. Determina, entre os objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação”. Tratados internacionais assinados pelo governo brasileiro, dentro de um Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos, determinam novas ações em relação ao tema, entre eles a “*Convenção Internacional sobre a Eli-*

minação de todas as Formas de Discriminação Racial”; o “*Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da Lei*” e seus princípios, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas; a “*Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*” e a “*Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica*”.

O arcabouço jurídico nacional pós-constituente engloba leis e decretos que incluíram a “*injúria racial*”, políticas de promoção da igualdade racial e a inclusão da

temática sobre a história e cultura afro-brasileira na rede de ensino. O Estado de São Paulo é pioneiro na adoção de políticas públicas de enfrentamento ao racismo. Além da promulgação da Lei Estadual 14.187/2010, o Estado também possui o maior programa de combate à discriminação racial, o “*São Paulo Contra o Racismo*” que tem como objetivo divulgar a Lei e sensibilizar a sociedade sobre o tema. Recentemente publicamos uma cartilha impressa e digital sobre o tema.

No Estado de São Paulo, cabe à Secretaria da Justiça e Cidadania a defesa dos direitos da dig-



nidade das pessoas. Em 2020, foram registrados 40 denúncias de discriminação racial, todavia, após ações de conscientização e divulgação da Lei Estadual, esse número chegou a 155 denúncias, em 2021. Desde a criação da Lei até dezembro de 2021, foram instaurados 226 processos administrativos e aplicadas 102 sanções. A pasta recebe denúncias de discriminação racial, que podem ser feitas por qualquer cidadão, vítima ou testemunha de uma situação de discriminação étnico-racial. A denúncia pode ser feita no site da Secretaria (www.justica.sp.gov.br) ou por meio da Ouvidoria do Estado (www.ouvidoria.sp.gov.br). As práticas de ações afirmativas desenvolvidas no âmbito nacional e estadual precisam estar devidamente empoderadas por todas as pessoas que buscam

a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Nesse processo histórico, um dos grandes fundamentos é o Estatuto da Igualdade Racial, expresso na Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, que será usado como instrumento preparatório da 5ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, prevista para este semestre, e se tornará reflexo dos grandes avanços existentes no Estado em favor da igualdade racial e, ao mesmo tempo, das perspectivas frente aos desafios da formação de uma nação onde caibam todos, inclusive os negros e negras que a construíram. O Estado de São Paulo, novamente, será o primeiro a estabelecer esse novo modelo de formação, que será perpetuado no tempo e na história. Apoiar a discriminação contra qualquer indivíduo

com base na cor de pele, origem racial ou étnica não é liberdade de expressão. Precisa ser investigado com rigor e celeridade pelas autoridades públicas, de acordo com a legislação. São Paulo não tolera a intolerância.



*Fernando José da Costa,
Secretário de Justiça de
São Paulo*



MULHERES *em* DESTAQUE



CONFRAELAS

A Deputada Marina Helou e assessoria organizaram lives e um grupo de whatsapp reunindo Vereadoras e ex-Vereadoras, autênticas lideranças políticas municipais, promovendo a troca de experiências, informações e projetos. A atuante Deputada Marina tem enviado sugestões de projetos de lei importantes que podem ser apresentados nas Câmaras.



DEPUTADA MÁRCIA LIA

Coordena as Frentes Parlamentares pela Habitação, Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, estando em várias Comissões da ALESP como efetiva. É Vice-Presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e exerce seu mandato de Deputada estadual de forma participativa, com centenas de Conselheiros nas várias regiões do Estado.



ANA PAULA ROSSI

A atuante Vereadora lidera a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara de Osasco. Destaca a viatura obtida para o Projeto Patrulha Guardiã Maria da Penha e a ação do Legislativo e do Executivo para a criação da Secretaria Executiva de Política para Mulheres e Promoção da Diversidade, já instalada.

MULHERES EM DESTAQUE



ORGULHO DO BRASIL

A jovem Luíza Araújo de Oliveira Caram Saliba, do Colégio Anglo Cassiano Ricardo, de São José dos Campos, conquistou as seguintes Medalhas: de ouro na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), de ouro nas categorias estadual e nacional da Olimpíada Internacional Sem Fronteiras (OIMSF), de prata na Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG) e de bronze na Olimpíada Nacional de Ciências (ONC). Luíza faz parte do Grupo Mulheres do Brasil.



JANDIRA GUTIERREZ

É a Prefeita de Teodoro Sampaio onde houve programação pela Lei Aldir Blanc do projeto “Na Escola com a Menina Chanel” e a IX Conferência Municipal de Assistência Social, entre tantos pontos altos no ano.



SOLANGE DE FREITAS

É a Prefeita de São Vicente, a Cidade Monumento da História Pátria. Tem extenso trabalho em prol desse primeiro município do Brasil, apresentando site com muitas informações das atividades e ações



FEIRA DA LUA

A Prefeita Suelen Mative teve grande atividades com as comemorações dos 68 anos de Caiabu, no final de 2021, com a original 1ª Feira da Lua de Caiabu, além de ações em vários setores da Prefeitura.



PREFEITA TERESINHA

A Prefeita Teresinha de Jesus Pedroza, de São João da Boa Vista, coordenou a realização de eventos e exposições de Natal, impulsionando o turismo no município, conhecido por sua importância cultural, terra da inesquecível pianista Guiomar Novaes.



GUAIMBÊ...

cuja Prefeita é Márcia Achilles, elaborou seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a legislação vigente e com audiência públicas que mostraram à população a importância da participação de todos



ABRINQ

Daniela Sinhorini assumiu a liderança do Programa Prefeito Amigo da Criança na Fundação ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) e já realizou evento com o Presidente Fred Guidoni da APM. Na continuidade de suas ações, deverá firmar parceria com a AMITESP (Associação dos Municípios de Interesse Turístico no Estado de São Paulo – Presidente Murilo Ramos), parceira da APM.



UNIR PARA AGIR

Maria Cecília Parasmio coordena o Comitê Unir para Agir, com foco nas crianças e seu direito a creche, com participações de pessoas engajadas e com ações na área.



SÔNIA BEOLCHI

A Vereadora Sônia Beolchi, Presidente da Câmara de Ibirá, conseguiu realizar importantes ações voltadas aos munícipes e já se prepara para comparecer ao 64º Congresso Estadual dos Municípios da APM, em março próximo, para trazer mais benefícios ao município.



VEREADORA JANAÍNA

A Vereadora Janaína Lima (São Paulo) divulgou que desde o primeiro dia de seu mandato já economizou aos cofres públicos a quantia de R\$7 milhões, aos quais destinou à educação, a leitos de covid e a compra de vacinas. Conseguiu a aprovação de sua proposta do Marco legal da primeira infância, importante conquista às crianças e às mulheres.



CANAS

Foi o primeiro município da região a lançar evento esportivo virtual. A Prefeita Silvana Zanin tem apresentado significativo trabalho na área da saúde com vacinas, remédios e exames laboratoriais, e em outras áreas, conseguindo grande volume de recursos para a área de infraestrutura.



AMIGOS DO SABER

O jornalista João Batista de Oliveira organizou a Confraria Amigos do Saber em que valoriza e incentiva a participação das Mulheres.



Marilene Mariotoni
Conselheira da APM

marilenemarioton@uol.com.br



A SEGURANÇA DAS DECISÕES DO GESTOR

Por: Isabela Giglio

No Brasil sempre foi tradição um baixo comprometimento com a segurança jurídica, tanto que até se permitia, em determinado contexto, que a interpretação de uma determinada lei pelo Judiciário, pelo Executivo ou pelos órgãos auxiliares do Legislativo viesse a retroagir.

Com isso, em muitos casos foi possível desconsiderar uma situação já consolidada, sob o pretexto de se estar preservando um bem jurídico maior ou o próprio interesse público, a despeito da garantia constitucional de que a lei não deve retroagir, em regra.

Foi nesse cenário de incertezas que o então Ministro Pedro Malan proferiu a célebre frase “no Brasil até o passado é imprevisível”, constatando, com uma mistura de

humor e sátira, o cenário de instabilidade jurisdicional.

Já tivemos a oportunidade de expor que foi justamente buscando mudar essa realidade que foi aprovada a Lei nº 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), que cuida especialmente da aplicação das regras de direito público, trazendo diretrizes gerais para a sua interpretação.

Em que pesem as medidas convenientes e adequadas fixadas pela Lei, ainda há muita discussão no meio jurídico, especialmente no âmbito do Ministério Público, dos órgãos de controle da Administração Pública e do Poder Judiciário.

Um dos aspectos que merecem registro e que foi trazido pela Lei,

entre outros, consiste na obrigatoriedade de o julgador indicar expressamente as consequências jurídicas e administrativas da decisão que determine a invalidação de um ato ou de um contrato. Com isso, não mais será possível, “a contrario sensu”, o julgador invalidar um determinado ato quando disso decorrer uma situação inconstitucional ou inexecutável.

No Judiciário têm sido muito comum, por exemplo, as decisões determinando a exoneração de todos os servidores titulares de cargos em comissão em prazo exíguo, sem que se considere as consequências dessa medida para o serviço público ou para o orçamento público por força do pagamento das indenizações.

A partir da Lei 13.655/2018, tais

consequências devem ser expressamente indicadas pela decisão judicial. Em outra hipótese ilustrativa, no caso da invalidação de um decreto sobre administração prisional, em que a decisão implicará a desativação do presídio e a liberação de mil e quinhentos presos, haverá uma consequência administrativa inexecutável, a qual está, portanto, vedada pela Lei.

Comenta-se também que a Lei consagra o “primado da realidade”, na medida em que demonstra uma certa empatia com as dificuldades reais do gestor.

De fato, há um dispositivo que determina que na interpretação de normas sobre gestão pública, deverão ser considerados os obstáculos e as adversidades vividas pelo gestor, bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Isso sugere que o julgador ou o controlador se coloquem na posição do gestor e enfrentem também os encargos e obrigações assumidas por ele. A partir daí, demonstra-se a preocupação da Lei com as agruras e com os impasses que o administrador vive em sua rotina diante das diversas situações que se lhe apresentam no exercício da atividade administrativa.

Uma outra ideia interessante fixada pela Lei é a da irretroatividade: a Lei contém dispositivo que impede expressamente que determinada decisão administrativa seja invalidada em virtude de posterior mudança de interpretação caso tenha sido tomada com base no entendimento geral vigente à época.

Com isso, se o contribuinte deixou de pagar determinado tribu-

to, por exemplo, durante certo período de tempo sob a orientação dos tribunais no sentido de que era indevido, eventual mudança de interpretação não poderá ser utilizada para invocar a cobrança dos valores não pagos pelos contribuintes que deixaram efetuar o pagamento considerado indevido à época. O cidadão também passa a ter a possibilidade de participar do processo decisório da Administração Pública, pois a edição de atos administrativos por autoridade administrativa em qualquer órgão ou Poder poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, a qual será considerada na decisão.

Parece-nos que, na medida em que a Lei auxilia na diminuição das incertezas jurídicas e na interpretação das normas de Direito Público, contribui também para a eficiência no exercício da função pública.

Ademais, espera-se que uma vez considerada a realidade do gestor público, não sejam tidos como improbidade administrativa atos decisórios extremamente complexos praticados por bons gestores diante de cenários complicados os quais, muitas vezes, se constituem em boas soluções para os administrados e não causam prejuízo aos cofres públicos.

Nessesentido,aLeinº13.655/2018 pode contribuir para combater a multiplicação de inquéritos civis

e penais, ações civis públicas e ações de improbidade movidas em face de bons gestores.

Evidentemente, o combate à corrupção deve permanecer inabalável e a Lei de Improbidade constitui-se em um bom diploma para a aplicação de sanções. Não há que se falar na limitação da responsabilização dos agentes que tenham eventualmente cometido ilegalidades, até porque a Lei garante que o agente público tenha de responder pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas quando atue com dolo ou erro grosseiro.

No entanto, justiça seja feita: que o gestor que não tenha cometido infração legal não seja, de fato, submetido a perseguições seja por meio de inquéritos ou de ações judiciais apenas pelo fato de ter decidido questões intrincadas que demandavam deliberação exercida no estrito exercício de sua função administrativa.

Aliás, a situação de vulnerabilidade em que se encontravam os administradores pelo simples exercício da função pública foi suficiente para causar o mais absoluto despreço por parte de bons gestores e seu consequente afugentamento da Administração Pública, que deles tanto necessita.

Quem sabe, assim, no futuro, o passado do Brasil possa ser um pouco mais previsível!



Isabela Giglio

é advogada, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).



A VIDA OU A URBANIZAÇÃO?

Por: Dalva Christofolletti Paes da Silva

social se sobrepõem a segurança à VIDA ? Embora continuasse trabalhando na Prefeitura, viajando todo dia eu estava morando em Limeira pois meu marido era bancário e tinha sido transferido para aquela cidade.

E eu passei a morar numa boa residência EM CIMA DE UM RIO CANALIZADO. E naturalmente como o Brasil naquela época ainda não estava tão desenvolvido na tecnologia da construção, no dia 17 de dezembro de 1961, numa grande inundação pois era a parte baixa da cidade, minha casa afundou. Simplesmente sumiu em meio aos destroços. Eu, embora não saiba nadar, fui amparada pelo meu marido até os bombeiros chegarem e me levarem para o hospital. Obra divina: meus dois filhos estavam na casa dos avós.

Então com a minha solidariedade com os irmãos de experiência, vai o meu apelo: URBANIZAÇÃO SIM, MAS COM RESPEITO À VIDA . CASA EM CIMA DE RIO ?

Me angustia muito a a e em alguns casos participar Por ter sido funcionária por 32 anos na Prefeitura Municipal de Rio Claro, aprendi um pouco de gestão pública municipal. Obviamente que os cursos no Estado, no país e em outros feitos na Alemanha, Estados Unidos, Uruguai, Argentina e Paraguai ajudaram muito nesse aprendizado.

Começo meu primeiro artigo de 2022 nessa nossa Revista que tenho o privilégio de escrever, desejando saúde, paz, realizações e felicidade pessoal para todos.

Embora nesse primeiro momento preferisse registrar maior número de fatos e acontecimentos bons, a realidade me tira essa oportunidade. Somada às dificuldades resultantes dessa pandemia, além do desemprego, da fome, do desmoronamento social, assistir os acontecimentos que as inundações estão provocando em todo o país, para mim eles me atingem de forma dolorosa.

Assim sendo peço licença para enviar uma mensagem para os que como eu , sofreram na inundação a perda dos seus pertences, das suas casas, do seu chão. Mas que graças a Deus estão vivos, como eu.

É difícil; sei que é, mas garanto: é possível reconstruir! Leva tempo, principalmente até a gente entender que como pobres mor-

tais não temos resposta para tudo; até a revolta ir passando, até estarmos fortalecidos pela volta da fé. Até entendermos que valerá a pena. E a gente acaba esquecendo os meses em que dormimos em colchões, sem cama; que tínhamos uma única panela de pressão. O que lembramos sim é da solidariedade da família.

Não sei quantos dos atingidos lerão essa matéria. Mas fica registrada a minha reflexão junto aos gestores públicos e gestores das empresas privadas.

A urbanização embora feita para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, as estruturas para o desenvolvimento econômico necessário para o desenvolvimento



Dalva Christofolletti Paes da Silva

Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME-Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.

PARA A SABESP,
A FÓRMULA DA ÁGUA É

HIDROGÊNIO, OXIGÊNIO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

Desde a sua fundação,
a Sabesp traz em seu DNA
a responsabilidade social.
Levando água e saneamento
a milhões de pessoas,
causando assim
um impacto positivo,
gerando benefícios sociais
e ambientais.
É assim que atendemos
a 60% da população do estado
de São Paulo, em 375 municípios.
É assim que nos tornamos
a 3ª maior empresa
de saneamento do mundo.



#apmsp

64^o CEM

Congresso Estadual de Municípios
DE 28 A 30 DE MARÇO DE 2022

Campos do Jordão / SP



www.apaulista.org.br
apaulista@apaulista.org.br
f. 11 2165.9999